

Ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia trinta de abril de dois mil e quinze.

Aos trinta dias do mês de abril do ano dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. Dr. António José Rodrigues Gonçalves.

Aberta a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Vamos dar início aos trabalhos e fazer a chamada dos Membros da Assembleia Municipal.”

Seguidamente o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, fez a chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontrava ausente a Sra. Dra. Maria Luísa Pinto Soares Vales, o Sr. Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, a Sra. Arqt.ª Élia Sofia Duarte Feiteira, o Sr. Dr. Carlos Jorge Mamede de Carvalheira Almeida, que apresentaram justificação e solicitaram substituição, tendo sido substituídos, respetivamente, pelo Sr. António da Silva Moreira, Eng.º Arménio Alberto Tavares da Silva, Sr. Nuno Manuel Marques de Sousa e pela Dra. Sílvia Alexandra Loureiro Jerónimo.

Também se encontrava ausente o Presidente da Junta da União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que apresentou justificação e solicitou a respetiva substituição, tendo sido substituído, pelo Secretário da Junta da União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, Sr. Fernando Marques Fernandes.

Também se encontrava ausente o Sr. Dr. Luís Manuel Mendes Correia que igualmente apresentou a respetiva justificação.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos membros da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 6º do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, Dr. José Francisco Tavares Rolo, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, Eng.º João Filipe Rodrigues de Brito, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro, Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho e Eng.ª Teresa Maria Mendes Dias.

De seguida tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Declaro aberta a Sessão.

Quero agradecer a presença de todos especialmente os que estão de novo nomeadamente o Sr. Nuno Sousa e todos os outros Membros da Assembleia que vieram substituir os Membros inicialmente eleitos.

Passaríamos à votação da ata da Sessão anterior.

Relativamente à ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de treze de fevereiro dois mil e quinze, pergunto se há alguma proposta para alteração da ata?

Se não há, passaríamos à votação da ata para a sua aprovação.”

Efetuada a votação, a Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de treze de fevereiro de dois mil e quinze, foi aprovada por unanimidade.

Seguidamente, retomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Antes de prosseguir, e como o Regimento da Assembleia Municipal assim o obriga, temos quatro novos Pontos para incluir na Ordem do Dia. São quatro Pontos relativos a subsídios a atribuir às Freguesias de Aldeia das Dez, Bobadela, Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira e à freguesia de Travanca de Lagos. Como sabem temos que votar a admissibilidade dos Pontos.

Eu pedia ao Sr. Primeiro Secretário que procedesse à apresentação dos Pontos e de seguida faríamos a votação.”

Seguidamente o Primeiro Secretário da Mesa, da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, fez a seguinte intervenção:

“Foi entregue ontem pela Câmara Municipal depois da reunião de Câmara um pedido para incluir mais quatro Pontos na Ordem do Dia.

O Ponto IX diz respeito a um subsídio no montante de vinte mil euros para a Freguesia de Aldeia das Dez como apoio à aquisição de um imóvel degradado para alargamento da curva do correio.

O Ponto X é referente a um subsídio a atribuir à Freguesia da Bobadela correspondente a sessenta por cento do custo total da obra para substituição da cobertura do Centro Social.

O Ponto XI é referente a um subsídio para a União de Freguesia de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira como apoio à realização da Festa do Bodo de dois mil e quinze no montante de dois mil e quinhentos euros.

O Ponto XII diz respeito a um subsídio a atribuir à Freguesia de Travanca de Lagos como apoio à aquisição de uma viatura no valor de cinco mil euros.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“Como sabem a Assembleia pode deliberar sobre assuntos não incluídos na Ordem do Dia desde que seja votada a sua admissibilidade por dois terços dos Membros.”

Efetuada a votação, a inclusão dos Pontos IX, X, XI e XII na Ordem do Dia, foi aprovada por unanimidade.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Eleição, nos termos do nº 2, do artigo 83º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, de um membro (suplente) da Assembleia Municipal para fazer parte da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

III - Aprovação, nos termos da alínea j), nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro da atribuição de um Subsídio à Junta de Freguesia de Seixo da Beira.

IV - Apreciação e votação da proposta de renovação do prazo do procedimento concursal comum para contratação de um Assistente Técnico, no regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

V - Apreciação e votação da proposta de alienação do prédio urbano sito em Coimbra, Freguesia de Lagares da Beira, Concelho de Oliveira do Hospital – Criação de um campus de tecnologia e inovação, com particular destaque para

a instalação de um Centro Bio: Bioindústrias, Biorrefinarias e Bioprodutos – Município de Oliveira do Hospital e Associação BLC3-Plataforma para o Desenvolvimento da Região Interior Centro.

VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea f), nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de autorização de contratação de empréstimo a curto prazo.

VII - Apreciação, nos termos da alínea l), do nº 2, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2014.

VIII - Apreciação e votação, nos termos da alínea l), do nº 2, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de aplicação do resultado líquido do ano de 2014.

IX - Aprovação, nos termos da alínea j), nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro da atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Aldeia das Dez.

X - Aprovação, nos termos da alínea j), nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro da atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Bobadela.

XI - Aprovação, nos termos da alínea j), nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro da atribuição de um subsídio à Junta da União de Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira.

XII - Aprovação, nos termos da alínea j), nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro da atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Travanca de Lagos.

Em seguida foi dada a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente à correspondência recebida e expedida já está na vossa posse a listagem dessa correspondência mas entretanto chegaram mais alguns documentos alguns deles do eleito Sr. António dos Santos Lopes a que foram dadas as respetivas respostas.

Destaco também quatro documentos provenientes do Grupos Parlamentar os Verdes sobre algumas perguntas que foram dirigidas ao Governo nomeadamente sobre as águas residuais, contratos de Emprego-Inserção nas Escolas Públicas, falta de ligação de duas fossas séticas à ETAR de Meruge e poluição da Sonae Indústria.”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Quero fazer algumas referências a acontecimentos que se deram entre a última Sessão da Assembleia e a presente:

Começava pelo falecimento da Sr. D. Júlia da Conceição Fonseca. Como sabem a D. Júlia foi uma personalidade Oliveirense. Era a representante na cidade da Liga Portuguesa Contra o Cancro, foi-lhe atribuída a medalha de Mérito Municipal e era mãe de um dos Membros desta Assembleia, o Sr. Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca.

Vou propor a esta Assembleia Municipal a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento da D. Júlia da Conceição Fonseca.”

Efetuada a votação, foi aprovado por unanimidade o Voto de Pesar pelo falecimento da Sra. D. Júlia da Conceição Fonseca.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, retomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Queria referir também mais dois ou três acontecimentos que me parecem importantes embora, depois, possam ser, e vão sê-lo, com certeza, referidos mas não posso deixar de começar pela Festa do Queijo que foi, como sabem, uma grande manifestação cultural, comercial e lúdica e que contou com a presença de muitos milhares de pessoas. Há que reconhecer que ultrapassou largamente as expectativas inclusive as expectativas criadas nos anos anteriores e foi um acontecimento que deve ser aqui referenciado.

Depois também tivemos o lançamento de dois livros de duas figuras nacionais: O livro, Piso 3 quarto 313, de Frenando Correia e o livro, O Bom Alemão, de José Manuel Saraiva, este com a presença de figuras de relevo nacional como por exemplo o Mário Zambujal.

Tivemos a atribuição da Menção Honrosa à Biblioteca de Oliveira do Hospital pela Direção Geral do Livros Arquivos e Bibliotecas pelo projeto de boas práticas nas bibliotecas públicas.

Por fim as comemorações do 25 de Abril que decorreram com grande solenidade. Destaco as intervenções dos membros dos partidos políticos: Do Partido Comunista, do CDS, do Partido Socialista.

Mais tarde, na tarde do 25 de Abril, tivemos o encontro de Filarmónicas e tivemos ainda uma exposição de artes plásticas no Mercado Municipal.

Naturalmente que os Senhores Deputados falarão sobre todos estes acontecimentos mas não há dúvida nenhuma que foram acontecimentos que marcaram o Concelho nestes dois últimos meses.

De seguida passaríamos às inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia.

No entanto deu entrada na Mesa um requerimento e, como sabem, o Regimento diz que os requerimentos são dirigidos à Mesa, que os deve aceitar e por de imediato à votação sem discussão prévia, sendo necessário dois terços dos votos a favor para serem aprovados.

Deu entrada na Mesa um requerimento do Sr. António Lopes para uma interpelação sobre o Regimento desta Assembleia relativo ao uso da palavra nomeadamente em relação ao artigo 25º em todo o seu conteúdo, artigo 2º, nº 1, alínea d) e artigo 24º, nº 2, e que tem a ver com a informação escrita do Presidente e com a intervenção do Executivo em relação a cada Ponto.

Temos que votar a admissibilidade do requerimento.”

Efetuada a votação, o requerimento apresentado à Mesa pelo Deputado Sr. António dos santos Lopes, foi rejeitado com vinte e seis votos contra, um voto a favor e cinco abstenções.

Dando-se início ao Período de Antes da Ordem do Dia foi dada a palavra ao Sr. Deputado António dos Santos Lopes, que fez a seguinte intervenção:

“Como os Senhores sabem na política uns estão com nobreza e outros estão conforme conseguem estar.

Para despedirem, que é o termo, o Presidente desta Assembleia não foram precisos os dois terços e eu estive aqui duas horas a dizer que era uma imposição legal. Para um Ponto ... e se isto não fosse tão sério só podia dar para rir.

Quero dizer ao Sr. Presidente da Mesa que se mais alguma vez me cortar a palavra e de seguida o Sr. Presidente da Câmara falar cinco minutos, da primeira vez canto ópera, da segunda canto fado e da terceira canto avante camarada, para ver se a gente se entende!

Cumprir a lei, não é uma prerrogativa de qualquer um de nós, é uma obrigação. Esta Assembleia e este Regimento apesar de lhe terem cortado vinte e quatro cláusulas, ainda assim, ainda lá ficaram as regras do uso da palavra.

O Sr. Presidente da Câmara tem cinco minutos em cada Ponto como qualquer um de nós.

O Sr. Presidente da Câmara agora ofende os Membros desta Assembleia, aqui e fora daqui, e eu não vejo aqui ninguém, que era uma questão básica, pelo menos da Mesa e do Sr. Presidente.

Eu tive o cuidado e ontem enviei a todos que ia fazer isto. É a nobreza da política. Porque eu chagava aqui de surpresa e vocês não sabiam o que era e votavam todos. Mas eu quero assim! Eu não minto, não preciso de mentir e não preciso de enganar ninguém. Ando ao que ando. De futuro vão começar a ter mais informação minha e informação verdadeira, não é aquela que aqui se diz.

Disse ao Sr. Presidente para se fazer uma Comissão para se estudar a questão da água e outras coisas mais mas não quer fazer a Comissão.

Enviei três requerimentos ao Sr. Presidente e já disseram aqui que responderam a todos. Respondeu mesmo aos três requerimentos? Respondeu a todos? Veja lá, porque senão parece que sou mesmo um aldrabão! Os Senhores respondem ao que vos convém.

Eu mandei duas atas ao Sr. Presidente da Assembleia, com declarações dele e do Sr. Carlos Mendes aqui neste sítio, que não diferem em nada do que eu tenho aqui defendido, tenho-as aqui e vou deixá-las aqui na Mesa e já as enviei a vocês todos.

Mudam-se os tempos e mudam-se as vontades!

Dizem agora que me ando a aproximar do PSD! Eu não me ando a aproximar do PSD, o PS é que está a ficar pior do que era o Mário Alves e está a fazer dele um grande Presidente. Esse é que é o problema!

Nesses três requerimentos um era para discutir esse assunto o outro e como já disse ao Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves era para dizer que não apreciava a judicialização da política. Estão lá quatro ou cinco artigos. Estranhamente para mim aparece-me uma ação do Sr. Presidente da Câmara por eu fazer aqui declarações neste sítio. Portanto já se faz uma ação judicial por fazer aqui. No dia que ele me chamou bobo da corte e que disse que eu estava doido e depois o Sr. Dr. Luís Lagos saiu em minha defesa e disse que já tinha assistido a tudo menos a isso e eu agora tenho dois ou três processos em tribunal.

O Estatuto dos Eleitos Locais no seu artigo 5º, alínea q), diz que os Membros da Assembleia têm apoio judiciário.

Sr. Presidente, eu quero o apoio judiciário para esses processos e quero dizer-lhe que naquele em que fui demitido pela Assembleia o que eu combinei com o advogado foi cinquenta mil euros, pelo que faça o favor de aumentar o

orçamento da Assembleia Municipal para pagar isso ou então diga-me se é a Câmara que paga. Se o Sr. Presidente da Câmara andasse a brincar à política e pagasse do bolso dele eu pagava do meu, agora o Sr. Presidente da Câmara quer brincar comigo com a Câmara a pagar, não é nenhum favor nem precisa de ser aprovado porque está na lei. É o artigo 5º do Estatuto dos Eleitos Locais, portanto façam o favor de providenciar porque eu vou mandar as faturas dos advogados.

Sobre o que se passou aqui no 25 de Abril e o que se passou na Feira do Queijo o que eu vi foi um homem a vender um carro topo de gama que custa trinta e cinco mil euros. O que eu vi na Feira do Queijo foi vender um carro topo de gama. Isso é que eu vi fazer! Não sei se foi bem ou não. Sei que aquilo trás muito turismo. O Sr. Presidente também disse que temos duzentas camas e eu também já as contei aqui todas e são cento e vinte e duas. O Sr. Presidente não deve saber muito bem o Concelho que governa.

Depois disso disseram que a Feira do Queijo não traz nada. Eu gostava que o Sr. Presidente apresentasse aqui os números concretos e que nos dissesse qual é o retorno dessa feira? O que é que efetivamente traz? Eu não tenho visto nada! Pode ser que traga. Eu, é que não tenho visto.

Sobre a água pedi três vezes para fazermos uma Comissão para discutir a água. Estou em condições de afirmar aqui que a água está a dar setecentos mil euros por ano e o Sr. Presidente da Câmara quando fica aí as tais meias horas a vender baba ao quartilho, que é o termo, o Sr. faça o favor de me dizer que é mentira!

Estou em condições de dizer que o Senhor proíbe as pessoas de tomarem um café comigo. Persegue as pessoas que tomam um café comigo. Persegue as pessoas que vão almoçar comigo. O Mário Alves algum dia fez isso?

Está a rir?

Eu tenho respeito por este Salão Nobre e nunca fiz aqui uso de uma conversa que tive consigo no exercício das funções porque se eu quiser fazer aquilo que o Senhor tem feito comigo um dia saem daqui todos à porrada e eu fico lá em baixo à porta à espera. Se eu algum dia entro pelo seu caminho sai daqui tudo à porrada. Mas eu sou uma pessoa que tem ética na política e sei o que ando aqui a fazer. O António Lopes não é o Membro da Assembleia e o Sr. Presidente da Câmara tem que aprender que não é o José Carlos Alexandrino. Não é a mesma coisa.

Não era esta a minha intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia porque queria fazer as coisas como devem ser feitas no interesse deste Concelho

mas eu já vi que não há aqui ninguém interessado em defender a política do Concelho. O que eu disse, e mantenho, é que andam aqui interessados em defender os interesses partidários e das pessoas ligadas à direção e eu provo e o Sr. Presidente vai responder ao meu advogado e na frente do Juiz a tudo o que não me responde. Pode ter a certeza que me vai responder.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Sr. Luís Filipe Nina Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Venho aqui falar sobre a falta de um direito fundamental que atualmente atinge metade da população deste Concelho que é aquilo que me preocupa neste momento.

A Saúde em Oliveira do Hospital está num estado deplorável. Há falta de médicos, há Centros de Saúde encerrados, sem atividade e sem médico, mais de metade da população do Concelho sem médico de família.

Promessas sobre promessas do Sr. Ministro da Saúde feitas ao Sr. Presidente da Câmara para colocar médicos no Concelho, mas a verdade é esta: O SAP na véspera de Natal de dezembro de dois mil e catorze recebeu ordem de encerramento. Felizmente que a intervenção atempada do Sr. Presidente da Câmara evitou tal atentado à saúde dos Oliveirenses.

Há pouco tempo a população de Lagares da Beira saiu à rua reclamando por médico.

Na Freguesia a que presido com cerca de três mil e quinhentos utentes inscritos está neste momento sem médico.

O Sr. Presidente da Câmara continua a fazer quilómetros e reuniões desta vez com o Sr. Secretário de Estado que lhe prometeu, a cinco meses das eleições, a resolução dos problemas da saúde no Concelho.

Chegados aqui, Sr. Presidente, e perante esta Assembleia tenho que lhe dizer que o Senhor tem sido, de forma incansável, um defensor da saúde dos Oliveirenses para garantir cuidados de saúde aos homens, mulheres, crianças e idosos deste Concelho.

O Senhor tudo tem feito com todos os responsáveis do Governo com quem tem dialogado, a todas as portas que tem batido, tem estado ao lado das populações quando estas vêm para a rua clamar por assistência médica.

O Senhor merece este reconhecimento. O Senhor tem sido Presidente da Câmara e por vezes parece ser Presidente da ARS, Secretário de Estado da Saúde e às vezes até Ministro da Saúde.

Considerando todos os passos que tem dado perante tudo isto e em face das necessidades evidentes de pessoal médico no Concelho o que podem esperar os Oliveirenses do Ministério da Saúde?

Vamos ter mais médicos?

Quantos?

Vamos ter mais enfermeiros?

Quantos?

Temos uma Unidade Móvel de Saúde? É importante que ela faça o seu trabalho de apoio às populações no Concelho.

Termino dizendo que confio no trabalho e na luta que o Sr. Presidente da Câmara tem feito com o seu Executivo na defesa da saúde mas também deixo aqui um alerta: Em janeiro de dois mil e catorze a Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo enviou um ofício dirigido à ARS com conhecimento ao Ministério da Saúde, Assembleia da República, Câmara Municipal e ACES, cuja cópia está afixada na porta do Posto Médico de Nogueira do Cravo. Nesse ofício enviámos uma proposta de um médico que quer trabalhar no Posto Médico de Nogueira do Cravo e neste momento está em fase de concurso.

Em janeiro de dois mil e catorze alertámos a ARS precisamente para o risco de perdermos o clínico que lá tínhamos o que acabou por acontecer. Deixaram três mil e quinhentos utentes sem médico. Nunca aconteceu isto em Nogueira do Cravo. No passado tínhamos dois médicos de família e se esta situação continuar nós também sairemos à rua em protesto. Têm sido feitas muitas promessas e até agora não temos médico de família.

Gostaria que o Sr. Presidente continuasse a luta que tem feito de forma a que esta situação se resolva o mais rapidamente possível porque temos muitos utentes sem médico de família.

Precisamos de novas alternativas e de novas estratégias para o futuro e espero que esta situação seja resolvida porque a saúde é um direito fundamental das populações.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Nuno Miguel Saraiva Vilafanha, que fez a seguinte intervenção:

“Venho falar de um tema que tem muita importância para nós, é sobre os acessos a Oliveira do Hospital.

Tal como o Sr. Presidente da Câmara Municipal também nós achamos que Oliveira do Hospital merece melhores acessos e por esse motivo o PSD já promoveu algumas iniciativas e diligências nesse sentido, nomeadamente uma

marcha lenta e reuniões a diversos níveis onde mostrámos claramente a nossa posição e descontentamento.

Infelizmente todos sabemos, ou deveríamos saber, que por incúria do anterior Governo Socialista Portugal não tem hoje condições económicas necessárias que permitam concluir nos tempos mais próximos o nosso ambicionado e necessário IC6.

Todos sabemos que não há dinheiro para esse projeto e estar a dizer o contrário é mentir e iludir os Oliveirenses.

Neste cenário o que se pedia para minorar os problemas que se apresentam em termos de acessos era a requalificação da Estrada Nacional nº 17 que se encontra num estado lastimável e que o atual Governo decidiu enquadrar no Plano de Proximidade, como é do vosso conhecimento.

Por esse motivo a teatralização que assistimos a alguns dias atrás no pedido de radicalização na luta por melhores acessos já vem fora de tempo, principalmente porque se sabe que não há dinheiro para fazer o IC6 e porque os problemas estruturais que afetam a nossa principal via de acesso, a famigerada Estrada Nacional nº 17, vão ser substancialmente resolvidos pois a sua conservação está incluída no plano de remodelação da rede rodoviária nacional que o atual Governo vai lançar ainda este ano.

Esta é, sem qualquer sombra de dúvida, e tendo em conta a atual conjuntura económica do País, uma boa notícia para Oliveira do Hospital.

Por isso achamos que o Partido Socialista pretende somente iludir os mais desatentos com uma ação puramente demagógica e de exibição que visa somente manipular e agradar os Oliveirenses quando se sabe que provavelmente o IC6 não terá condições para ser feito nos próximos anos.

Esta questão é um não-assunto mas acima de tudo é uma manobra de diversão para desviar as atenções sobre o incómodo que o Partido Socialista sente por ser um Governo do PSD, e não do PS, a tomar a iniciativa e resolver uma parte importante do nosso problema de acessos.

É certo que não é a melhor nem é o que mais desejamos mas é o que é possível fazer e é muito mais do que os Governos Socialistas fizeram por nós neste campo.

É curioso que seja um Governo liderado pelo Partido Social Democrata a decidir fazer algo para resolver este problema.

Mas mais curioso, mas compreensível, é que este assunto cause nitidamente engulhos ao Partido Socialista principalmente porque o grande responsável por não termos acessos condignos a Oliveira do Hospital ser um

ilustre socialista mas acima de tudo Oliveirense, o Ex-Secretário de Estado das Obras Públicas do Governo Socialista de Sócrates, o Eng.º Paulo Campos.

Não nos podemos esquecer que o Eng.º Paulo Campos e a Ministra Dulce Pássaro, ambos Oliveirenses, pouco ou mesmo nada fizeram por Oliveira do Hospital. Essa é que é a verdade!

O Eng.º Paulo Campos pode, e deve ser, apontado juntamente com o Partido Socialista, como os verdadeiros culpados pelos nossos maus acessos e é a eles que devemos apontar o dedo pois tiveram todas as condições para concretizar o IC6 e requalificar a Estrada Nacional nº 17, e não o fizeram, como tinham mesmo prometido numa reunião tida num Hotel em Oliveira do Hospital.

Queixam-se do PSD e deste Governo que luta com dificuldade para resolver os problemas gravíssimos que o Partido Socialista deixou aos Portugueses e a Portugal mas estranhamente não os vejo queixarem-se dos incompetentes e obscuros Governos Socialistas que nos levaram à ruína financeira, à mendicidade e que nos deixaram num pântano e de tanga.

Mas o que fizeram os Governos Socialistas de significativo pela nossa terra? Nada!

O grande legado do PS nos últimos anos poderia ter sido o IC6, onde tiveram todas as condições para o fazer, pois como se viu havia dinheiro para obras, para obrinhas, para estradas, para estradinhas, mas nem isso aqui fizeram. Conseguiram somente uma estrada que vergonhosamente acaba num pinhal à entrada do nosso Concelho.

No que diz respeito a este assunto, como em muitos outros, o Partido Socialista teima em apontar o dedo ao Governo ou ao PSD esquecendo-se que tem os restantes dedos apontados para ele próprio.

Nesse sentido eu gostaria de ouvir o Sr. Presidente da Câmara falar sobre este assunto e sobre esta realidade.

Relativamente aos Centros de Saúde quero dizer que era bom que a documentação que é privada, de trabalho e sigilosa não passasse para fora das instituições como aconteceu no caso do referido *mail* do Centro de Saúde. Acho que é uma coisa gravíssima e se calhar deveria ser investigada porque alguém passou o *mail* cá para fora e como sabem é proibido.

Depois dizer que o Governo não mandou encerrar o Centro de Saúde. Se calhar as pessoas só leram a parte que lhes interessava do *mail*. Se calhar era interessante ler o que na generalidade dizia todo o *mail*.

Dizer também que o Governo não tem culpa por não haver médicos. Do que Oliveira se queixa também se queixam outras localidades. É certo que Oliveira do Hospital tem essa situação bastante gravosa em termos de falta de médicos.

No PSD temos pugnado para trazer médicos para Oliveira do Hospital. Já falei com alguns médicos. Se alguém conhecer médicos que queiram vir para Oliveira do Hospital a solução é fácil, pode ser feito um contrato individual de trabalho.

Também já referi que não tolero cortes na saúde. A saúde é um bem essencial para todos. Não podemos é andar aqui com demagogias sabendo que não existem médicos e que não existem recursos suficientes.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, que fez a seguinte intervenção:

“No seguimento da intervenção do Deputado Nuno Vilafanha tenho que dizer que isso é *Show-off*. Estar a dizer que a Câmara tem estado aqui com um certo tipo de ironias. Eu gostaria de lhe perguntar a si: Durante dezasseis anos que o PSD esteve aqui nesta autarquia, em maioria, com outras condições económicas, o que é que vocês fizeram pelo IC6 e pela Estrada Nacional 17? Eu gostaria de saber!

Acima de tudo temos que ter verticalidade e não nos podemos esquecer de um passado recente. É fácil criticar. É fácil levar as pessoas e às vezes as pessoas deixam-se levar no contexto das palavras mas nós temos que os lembrar do passado. O que é que vocês fizeram para salvaguardar quer o IC6 quer a Estrada Nacional 17?

Quando falamos na Estrada Nacional 17 estamos a falar de uma estrada com mais de cem anos. É uma estrada do tempo da monarquia. Até hoje nunca vi nenhuma salvaguarda sobre esse assunto.

Quero relembrar que eu estou aqui como membro inerente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços e não como eleito por qualquer edilidade política.

Há vários meses que tenho vindo a reivindicar por uma solução para a “nova ETAR”, pois, a mesma, ao longos destes últimos anos, para não dizer desde o seu arranque, tem apresentado vários problemas que em tudo têm prejudicado o seu normal funcionamento assim como em termos ambientais vários são os danos que até hoje ainda não estão dimensionados.

Em consequência temos os nossos munícipes a sofrer a vários níveis. Releve-se aqui a saúde pública.

Daí que houve a necessidade e a obrigatoriedade de, enquanto membro de um órgão de representatividade, fazer chegar esta problemática ao Sr. Presidente da Câmara. O mesmo desde o primeiro momento que se mostrou disponível para colaborar e até, dentro das suas competências, salvaguardar esta mesma problemática e arranjar uma solução perante quem é responsável para o efeito. Neste caso as Águas do Zêzere e Côa.

Hoje posso dizer aqui que valeu a pena.

Estando ao corrente de todo este processo é bom saber que temos já uma porta aberta das Águas do Zêzere e Côa que por ofício fez saber o seguinte: *“Nos termos da cláusula 27ª, alínea g), número iii, do contrato de concessão celebrado entre esta empresa e o Ministério do Ambiente, em quinze de setembro de dois mil, solicita-se autorização para efetuar o empreendimento - neste caso beneficiação da ETAR de Oliveira do Hospital - com um valor planeado de setecentos e quarenta e três mil euros, carecidos de IVA à taxa legal, com base nos seguintes pressupostos: A ETAR de Oliveira do Hospital já sofreu obras de remodelação em dois mil e oito tendo esse investimento sido cofinanciado por fundos comunitários.*

A ETAR de Oliveira do Hospital descarrega para a bacia hidrográfica do rio Mondego considerada zona sensível e estando por isso abrangida pelo diretivo nº 75/440/CEE.

A atual infraestrutura não em conseguiu com regularidade garantir o cumprimento dos rigorosos requisitos de qualidade estabelecidos para o efluente tratado em face das reais características das águas residuais efluentes e à instalação com elevados teor de sólidos grosseiros degradados e elevadas cargas orgânicas, situação desconhecida e que não foi considerada no projeto inicial de remodelação.”

Entre estes há outros pontos mas relevei estes por que acho que são essenciais.

No entanto, só esta abertura não chega. Com tal venho propor uma Moção de apoio para que esta requalificação se concretize.

Passo a ler a Moção:

“Moção de Apoio à Requalificação da ETAR de Oliveira do Hospital.

É do conhecimento público que Oliveira do Hospital sempre teve a necessidade de uma ETAR funcional e com capacidade para servir a sua população crescente ao longo dos anos.

Também são do conhecimento público os problemas que a ETAR sempre teve relativamente à incapacidade de tratar o volume de efluentes gerados na cidade.

Atenta a esta realidade e a algumas queixas de cidadãos, a União de Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, em diálogo estreito com a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital e com o seu Presidente, têm tratado esta questão com cuidado e a atenção que merece.

Assim, foi encetado um processo negocial com as Águas do Zêzere e Côa, no sentido de ser feito um novo investimento na beneficiação e ampliação da capacidade da ETAR de Oliveira do Hospital, de forma a evitar a sua rutura, com os impactos ambientais negativos, que daí poderiam surgir.

Em face desta necessidade e reconhecendo que a ETAR necessita de uma intervenção, após várias diligências, o POVT (Programa Operacional Temático Valorização do Território) convidou as Águas do Zêzere e Côa, a apresentar uma candidatura para beneficiação daquela infraestrutura, dimensionando-a para as reais necessidades da população a servir.

Sabemos que a candidatura foi formalizada junto do POVT.

Pelo exposto, venho junto desta Assembleia propor uma Moção, dirigida ao Sr. Ministro do Ambiente, no sentido de que este autorize o investimento em questão, viabilizando a referida candidatura junto do POVT, para que a obra seja realizada e a ETAR de Oliveira do Hospital seja devidamente requalificada.

A pertinência deste investimento, a melhoria de toda a infraestrutura, a melhoria das condições do tratamento dos efluentes da cidade, a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar dos cidadãos, obrigam à autorização deste investimento por parte do Ministério do Ambiente e, naturalmente, aconselham à aprovação desta Moção.”

Gostava de pedir um Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Carlos Rodrigues Oliveira que foi um autarca eleito pelo PSD e CDS. Foi um antigo Presidente da Junta de Freguesia e da Assembleia de Freguesia de Oliveira do Hospital.”

De seguida foi colocada à votação o Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Carlos Rodrigues Oliveira, que foi aprovado por unanimidade.

Seguidamente foi efetuada a votação da Moção de Apoio à Requalificação da ETAR de Oliveira do Hospital que foi aprovada por unanimidade.

De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvoco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte intervenção:

“Venho desanuiar um bocadinho o ambiente e venho referenciar uma obra que a Câmara Municipal fez e que nos deu grande satisfação. Foi a limpeza dos nossos rios.

Não poderia deixar de referenciar esta obra porque não me lembra que nos nossos rios tivesse sido feita uma intervenção como a que foi realizada. Estou a falar dos rios Alva e Alvoco. Foi uma grande ação que foi feita porque além de tornar os rios mais bonitos e mais atraentes é um bem para o ambiente, é um bem para o turismo, é um bem para o lazer e para as pessoas que usufruem daqueles espaços.

Penso que foi uma resposta para alguns céticos que não acreditavam nas viabilidades destas propostas e destes projetos.

Sabemos que esta ação, numa altura de cortes a que as autarquias estão sujeitas, e com a falta de financiamento arranjar cerca de quinhentos mil euros não foi nada fácil mas nós sabemos que o Sr. Presidente da Câmara teve muita imaginação e conseguiu este dinheiro.

Também quero deixar um agradecimento às equipas que procederam às limpezas das margens dos rios porque as limpezas estão muito bem feitas.

Pedia ao Sr. Presidente para que dentro das possibilidades fosse efetuada a manutenção da limpeza dos rios.

Relativamente à intervenção do Dr. Nuno Vilafanha quero referir que a manutenção da Estrada Nacional 17, que está prometida pelo Governo, e que já não é a primeira vez, que eu acho muito bem e que tem de ser feita, mas a Estrada 230 é também uma estrada importante, é uma porta de saída para a Beira Baixa, e também não nos podemos calar se não fizerem uma intervenção naquela estrada. A Estrada 230 também merece ser requalificada porque além de ter muito movimento é a tal porta de saída para a Beira Baixa.

O Dr. Nuno Vilafanha também empregou aqui um termo: a tanga. O autor da tanga já foi há bastante tempo. Ele esteve nas Caldas em dois mil e dois, salvo o erro, e disse que ia fazer o IC6.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“ Quero felicitar todo o Executivo pela realização da Feira do Queijo. Foi um grande evento que se realizou em Oliveira do Hospital e que trouxe muita gente. Quem esteve lá a vender fez negócio e também é o que se pretende com estes eventos.

Enaltecer também as comemorações do 25 de Abril.

Em nome da Associação dos Amigos de Meruge também quero agradecer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal toda a sua influência na aprovação da candidatura para a requalificação da Associação dos Amigos de Meruge. Está lá um espaço digno. A Câmara Municipal contribuiu com uma verba e também se foi buscar verba na candidatura que se fez à ADIBER. A Junta de Freguesia ajudou na elaboração da candidatura. Reuniram-se vários esforços e penso que está ali uma obra que dignifica muito a Freguesia de Meruge.

Relativamente à limpeza das margens do rio Cobral quero dizer que foi uma boa medida e que é reconhecida por todos. A margem do rio estava cheia de silvas e outra vegetação. É pena que a intervenção não tenha ido mais além e que não se tenha desobstruído o leito do rio. Contudo, viemos a constatar que dentro do perímetro urbano de Meruge e Nogueirinha, são cerca de mil e quinhentos metros, e é onde há mais visibilidade, não foi feita qualquer intervenção e não foi limpo. Gostaria de saber o que é que a Câmara Municipal pretende fazer porque penso que aquilo não pode ficar assim porque estraga um pouco o objetivo com que foi criada a iniciativa.

Nos últimos dias tem-se falado sobre a poluição do rio Cobral. Em tempos falou-se aqui que em colaboração com as Águas do Zêzere e Côa e com a Câmara Municipal de Seia que se fizesse uma central para o tratamento dos efluentes das queijarias porque quando chove as descargas continuam a ser feitas para o rio e se não houver uma intervenção o rio vai continuar a ser poluído.

Na última Sessão da Assembleia Municipal fiz aqui uma intervenção sobre a plantação desordenada de eucaliptos e por isso gostava de saber se já há algum *feed-back*, e se já houve alguma reunião e quais foram as conclusões que tiraram.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“Venho aqui para enaltecer aquilo que na minha Freguesia ambicionávamos há mais de quarenta anos, ou seja, ter uma ETAR condigna para servir a população.

Este Executivo teve a coragem de deitar mãos à obra. Hoje temos saneamento com dignidade que a todos nos satisfaz. Quero fazer este agradecimento público perante a Assembleia porque finalmente temos saneamento: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e todo o Executivo os nossos agradecimentos.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“É sabido, pelo menos é com esse espírito que encabeço e levo a cabo o mandato que me foi confiado por quem em mim votou, que o CDS e eu próprio estamos aqui mais imbuídos no espírito Oliveirense e de defesa dos interesses dos Oliveirenses e do nosso Concelho do que na partidarização e no interesse de defesa do nosso partido, do CDS. E foi por isso que muitas vezes não tive problema nenhum, e o Sr. Presidente é disso testemunha, de criticar o Governo, ao qual o meu partido pertence, como muitas vezes não tive problema nenhum em criticar medidas desse mesmo Governo e como muitas vezes não tive, não tenho e não terei problema nenhum em defender medidas que o Sr. Presidente da Câmara e o Executivo Municipal entendam por bem aplicar e com as quais eu me revejo e revejo que é o interesse dos cidadão Oliveirenses que é colocado em primeiro lugar.

Uma dessas matérias onde tive uma defesa intransigente da política que o Sr. Presidente da Câmara defendia era em matéria da água.

Acho que em matéria da água há uma injustiça terrível no País entre o Litoral e o Interior.

Nós, aqui no Interior, porque temos menos gente, temos que pagar a água mais cara porque as infraestruturas que eram criadas eram para servir menos gente e os custos de contexto da interioridade obrigavam-nos injustamente a pagar a água mais cara. Felizmente tive a oportunidade de o dizer aqui várias vezes e de defender o aumento do custo do metro cúbico da água aqui nesta Assembleia e de defender a política seguida pelo Sr. Presidente da Câmara que estava correta e que está correta.

Acontece que, e peço-vos a vocês que me deem o benefício da dúvida, e isto não é partidarite nem é defender o interesse do Governo, mas é preciso referenciar que foi este Governo e que foi este Ministro do Ambiente que teve a

coragem, e essa é a medida que eu conheço até hoje que mais defende o interior, de fazer a reforma da água.

Nós vamos ter o preço da água mais baixo porque tivemos um Governo, em época eleitoral, o Ministro do Ambiente, que nem é do meu partido, que teve a coragem de pôr o contribuinte, o utilizador da água em Lisboa, a pagar o metro cúbico mais caro para nós o podermos pagar mais barato. É preciso referenciar isto. Isto é mais importante, e não quer dizer que não seja importante o IC6, e estamos cá todos juntos também sem partidarite nenhuma para lutar pelo IC6, mas é a medida e a reforma mais importante que foi feita nos últimos anos de defesa do interior, das zonas de baixa densidade populacional, e não podia deixar passar em claro, mais uma vez quero referir que sem partidarite, esta importantíssima reforma. Acho que é de aplaudir, acho que é de referenciar e acho que marca definitivamente um tempo novo que vai permitir ao Executivo Camarário, e termino deixando um pedido, Sr. Presidente da Câmara, ter financeiramente um desafogo enorme, que eu lhe peço, e retomando um bocadinho à última Sessão da Assembleia Municipal, que seja aplicado também em medidas de defesa da natalidade.

O nosso problema é não termos mais gente e a aposta em medidas que incentivem a natalidade, tal como eu defendi aqui a redução do IMI para casais jovens com filhos, acho que era bom. Aproveitando a redução do custo da água era bom que algo seja atribuído ao consumidor e que a redução do custo da água seja repercutida para o consumidor mas que outra parte desse benefício económico que nos vai chegar por esta importante reforma, por esta importante medida, seja aplicada em medidas de defesa da natalidade.

Se eu quisesse fazer partidarite, também tenho pena, e não posso deixar de referenciar, que o Sr. Secretário-geral do Partido Socialista tenha colocado uma ação em tribunal para terminar com esta reforma pensando ainda enquanto Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. A Câmara Municipal de Lisboa intentou uma ação judicial no sentido de impedir esta reforma.

Peço, também, que o Partido Socialista Local faça sentir junto do seu Secretário-Geral que é preciso defender o Interior.

Acho que mais do que partidos devemos defender o nosso interesse Oliveirense e o nosso interesse Oliveirense identifica-se com a palavra Interior.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Deputado Nuno Vilafanha, gostaria de lembrar que, em Seia, o atual Secretário de Estado dos Transportes, membro do PSD, é que prometeu a conclusão célere do IC6.

Até agora nenhum quilómetro do IC6 foi feito por um Governo PSD.

A brilhante gestão do Governo que agora elogiou fez uso da austeridade para, até agora, aumentar apenas a dívida pública. Os resultados ainda estamos nós à espera.

Em todo o caso, o IC6, julgo eu, não deve servir para discórdia entre nós. Acho que a conclusão do IC6 deve servir para união. Isto é: O PSD também quer a conclusão do IC6. Correto?

Para quem começa a intervenção a acusar o Sr. Presidente da Câmara de que é um escândalo falar mais do que cinco minutos fica feio usar da palavra durante mais do que cinco minutos.

Para além disso, já que o Sr. António Lopes diz que tem respeito por nós, eu julgo, e falo por mim porque também tenho respeito por si, agradeço que não nos acuse de andar aqui a fazer partidarites e muito menos de andarmos aqui pelos nossos interesses próprios. Eu não ando!

Mais política, menos intriga, julgo que os Oliveirenses agradecem.

Na sequência da Sessão da Assembleia Municipal anterior começo a minha intervenção por felicitar o nosso Município que recentemente deliberou aprovar a atribuição de quarenta Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, num investimento de cerca de cinquenta mil euros, mantendo assim o apoio aos jovens na prossecução de estudos.

Contrariando os esforços do Município no apoio à educação tive conhecimento que foi assinalada, no dia vinte e dois de abril, mais uma escola para ser encerrada, a escola do primeiro ciclo de Meruge, atualmente com vinte alunos, um deles com necessidades educativas especiais e tal como no ano passado, que encerrado a escola da Lajeosa, tentam agora à queima-roupa juntar mais uma para o lote de escolas a fechar. Ao mesmo tempo que nos querem impingir a Municipalização da Educação apenas sabem mostrar trabalho encerrando escolas sem olhar a meios ou motivos. Isto é uma vergonha!

Nesta questão interpelo a Sra. Vereadora para que nos explique se o risco desta escola fechar é real e qual é o esforço que poderemos fazer para o impedir.

Por último e para terminar, quero felicitar a Liga de Melhoramentos de Travanca de Lagos que no dia onze de abril inaugurou uma sede digna do desempenho e da capacidade que esta associação tem demonstrado nos últimos anos. Tratou-se de uma obra que totalizou um investimento superior a cem mil

euros financiados com quarenta por cento pelo Município e a sessenta por cento pelo PRODOR.

A Liga é um exemplo de civismo e de dedicação ao bem comum que merece ser reconhecida e apoiada por todos nós. Razão pela qual, na representação dos jovens e como primeiro proponente, quero propor a esta Assembleia que aprove um Voto de Louvor à Liga de Melhoramentos de Travanca de Lagos pelo esforço e pelo serviço que têm prestado à sua comunidade durante os últimos sete anos bem como pelo exemplo que representam.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Em síntese propõe-se à Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital que atribua à Liga de Melhoramentos de Travanca de Lagos um Voto de Louvor e o reconhecimento dos serviços prestados à comunidade durante os últimos sete anos, servindo de exemplo e estímulo a todos os jovens do Concelho.”

Efetuada a votação, o Voto de Louvor e o reconhecimento dos serviços prestados à comunidade durante os últimos sete anos, servindo de exemplo e estímulo a todos os jovens do Concelho, foi aprovado por unanimidade.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sr. Dr. António Manuel Nunes Soares, que fez a seguinte intervenção:

“Em primeiro, e porque domingo é o dia da Mãe, e já não estaremos juntos até lá, queria expressar aqui o meu apreço por todas as Mães aqui presentes e também que sejam elas as representantes de todas aquelas que não estão aqui presentes. Obrigado, a todas as Mães.

Queria também fazer um agradecimento muito especial à Câmara Municipal pelo seu empenho na requalificação da Liga de Melhoramentos de Travanca de Lagos. Não vou propor um Voto de Louvor à Liga de Melhoramentos porque o Deputado André Pereira já se antecipou, embora não tivéssemos falado nisso, de qualquer maneira quero agradecer ao Deputado André Pereira. Era minha intenção também propor esse Voto de Louvor porque acho que é merecido e porque traduz um pouco aquilo que aquele grupo de jovens tem feito.

Quero deixar muito claro que encaro sempre a minha participação nesta Assembleia como sendo a última e por isso não deixarei de dizer aquilo que penso.

Analisei os documentos que me foram enviados de diversas proveniências e julgo estar na posse de todos os elementos que em consciência me permitem tomar decisões através do voto nesta Assembleia Municipal.

Como aluno fiz o meu trabalho de casa mas como professor, que muito me prezo e muito me orgulho de ser, também sei, por experiência, que quando se marcam demasiados trabalhos se corre o risco de eles não serem feitos ou serem mesmo mal feitos. De qualquer modo quero-vos dizer que fiz um esforço para que isso não acontecesse comigo.

Deixei-me citar, aqui, um dos grandes poetas da língua Portuguesa, José Régio, *Cântico Negro*, que diz: “*“Vem por aqui” - dizem-me alguns com os olhos doces estendendo-me os braços, e seguros de que seria bom que eu os ouvisse quando me dizem: “vem por aqui!”*”.

Eu olho-os com olhos lassos, (há, nos olhos meus, ironias e cansaços) e cruzo os braços, e nunca vou por ali...

Se ao que busco saber nenhum de vós responde porque me repetis: “vem por aqui!”?

Sei que não vou por aí...”

Hoje nesta Assembleia irão ser discutidos assuntos de relevante importância para o Concelho e para os cidadãos. Assuntos que merecem, do meu ponto de vista, amplo consenso independentemente das opções partidárias.

Aqueles que nos elegeram nunca nos perdoarão se não formos capazes de pôr de lado tricas pessoais, se não colocarmos de lado as nossas diferenças e, se não nos concentrarmos naquilo que nos une e naquilo para que fomos eleitos, ou seja, perceber e perscrutar os desejos e as necessidades de um povo para que possamos tomar decisões que conduzam a um maior desenvolvimento e progresso. Da minha parte é isso que me move: O melhor para as pessoas da minha Freguesia. E porque o melhor para a minha Freguesia é por certo também o melhor para o meu Concelho e vice-versa.

A melhoria das acessibilidades, os cuidados básicos de saúde, o acesso à justiça, uma educação de qualidade, proteção social, o direito à segurança, a criação de emprego, a inovação, a sustentabilidade económica do Concelho. São assuntos demasiado sérios para que percamos tempo em discussões estéreis e pessoais que terão de ser tratadas em locais próprios mas nunca numa

Assembleia onde os eleitos são pagos pelos impostos dos contribuintes. Não temos esse direito!

As minhas preocupações, Sr. Presidente, enquanto autarca, é saber: Quando abre ao tráfego de pesados a ponte do rio Cobral?

Quando será concluído o saneamento na Freguesia de Travanca?

Quando será arranjado o pavimento da estrada que liga à ponte de Vale de André ao cruzamento de Andorinha?

Quando é que voltamos a ter em Travanca cuidados médicos de proximidade?

Quando é que se procede à limpeza do açude junto à ponte do rio Cobral?

Quando é que a Adarnela tem água canalizada?

Quando é que são colocadas paragens cobertas em Negrelos e colocada uma em travanca no Vale de André?

Quando é que são colocadas lombas em Travanca e Andorinha?

Eu sei, Sr. Presidente, permita-me que lhe diga, que estes assuntos estão a ser devidamente equacionados (talvez eu gostasse que fosse mais rápido, é natural), apenas os quis aqui lembrar para ilustrar aquilo que deve ser discutido numa Assembleia, ou seja, assuntos de interesse real para a vida das populações.

As guerras “do alecrim e da manjerona” não me parecem muito próprias para um órgão como este, a Assembleia Municipal, onde a democracia deve ter a sua expressão máxima.

Os cidadãos do meu Concelho querem saber o que está a ser feito e o que se pretende fazer para fixar as pessoas nestas terras?

Com que apoios sociais podem contar?

Como se pretende desenvolver o Concelho?

Como se pensa dinamizar a economia local?

O que está projetado em termos de desenvolvimento local e regional?

O que está a ser feito para atrair investimento?

Que apoios estão à disposição dos agricultores e das micro, pequenas e médias empresas?

Que apoios existem para o associativismo?

O que se está a fazer para que todos tenham acesso à educação, à saúde, à justiça e à cultura?

Os cidadãos do meu Concelho querem é saber o que se está a fazer e o que se projeta para que todos tenham um futuro mais digno e mais próspero.

Para terminar: Não importa discutir agora o passado. Importa analisar o presente, perspetivar o futuro.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, Sr. Rui Jorge Campos Coelho, que fez a seguinte intervenção:

“Venho hoje aqui na qualidade de representante eleito das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios falar de um assunto que já aqui foi trazido na última Assembleia Municipal pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge. Como o assunto é transversal e preocupante gostaria de voltar a colocá-lo na agenda de trabalho desta Assembleia.

A questão das plantações ilegais de eucaliptos preocupa-nos a todos, a degradação dos solos a transformação da nossa paisagem, não pode ser colocada em risco e é importante que o ICNF entidade com responsabilidade no controlo e gestão desta matéria esteja presente e defenda escrupulosamente os planos de gestão florestal. Não faz qualquer sentido que as Associações Florestais se preocupem em elaborar os PGFs e depois no terreno reine a anarquia.

Tive conhecimento que o ICNF interveio de forma célere emitindo uma coima avultada a uma plantação ilegal numa zona que faz parte do Parque Natural da Serra da Estrela essa plantação, ao que sei, foi arrancada. É importante que tomem a mesma atitude em todo o Concelho de Oliveira do Hospital.

Gostaria de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara o que é que foi feito neste período de tempo desde a última Assembleia Municipal no sentido de impedir a proliferação do eucalipto no nosso Concelho.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Em primeiro lugar gostaria de congratular a Junta de Freguesia de Alvoco das Várzeas pela recente atribuição da Bandeira Azul para a sua praia. Pensamos que é, de facto, uma mais-valia para o turismo local e, com certeza, para o nosso Concelho.

O que me traz verdadeiramente aqui são essencialmente duas preocupações e uma sugestão que gostaria de aqui fazer.

Uma das preocupações tem a ver com as lombas do centro da cidade: Inicialmente já não ficaram muito baixas mas ultimamente com o abatimento do

pavimento ficaram ainda mais salientes, o que se torna problemático quando passam alguns veículos.

A segunda preocupação tem a ver com uma das passadeiras, ali em frente ao Centro de Saúde: Na recente intervenção que foi feita da sinalização luminosa, uma delas ficou fora dessa intervenção. Não sei se é porque já está desativada, mas nesse caso acho que seria de bom-tom iluminar a marcação que lá está. Essa passadeira tem outro problema, que é o facto de estar separada pelo separador. Para quem tem dificuldades de movimentação, nomeadamente uma cadeira de rodas não passa lá, apesar de ter outra passadeira mais abaixo, mas acho que era uma situação que deve ser tida em conta.

A sugestão tem a ver com os *mupies* que se encontram no centro da cidade. Penso que não estão a cumprir a sua função. A sua visibilidade é quase nula ou reduzida e penso que se deve começar a pensar na sua substituição por uma opção mais credível, não sei se isso iria provocar um aumento de custos ou então poderia fazer-se uma troca direta por estes. De facto, no meu entender, acho que estes *mupies* não estão a cumprir a sua função que é informar todos os Municípios.”

De seguida, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Sra. Dra. Olga Maria Filipe Bandeira, que fez a seguinte intervenção:

“Quero congratular o Município de Oliveira do Hospital, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, pela atribuição da Menção Honrosa à Biblioteca Municipal de Oliveira do Hospital, prémio Boas Práticas em Bibliotecas Públicas do Concurso Nacional, promovido pela Direção-Geral do Livro dos Arquivos e das Bibliotecas, entregue no dia dezassete de abril à Sra. Vereadora da Cultura no Centro Cultural de Belém pelo Sr. Secretário de Estado da Cultura.

Sei que este prémio de Menção Honrosa foi disputado com grandes e prestigiadas bibliotecas nacionais com muitos anos de experiência em dinâmicas de promoção do livro e da leitura.

Só cinco bibliotecas nacionais é que foram contempladas com esta Menção Honrosa: A Biblioteca Municipal da Batalha; A Biblioteca Municipal de Loures; A Biblioteca Municipal de Oeiras; A Biblioteca Municipal de Penalva do Castelo e a Biblioteca Municipal do Porto.

O projeto vencedor foi a CIM de Aveiro através de um projeto que envolve onze Bibliotecas Municipais. O projeto Viver a Ler +, com forte pendor

social, é, de facto, uma mais-valia para as instituições que acolhem os nossos idosos tendo como principal objetivo o incentivo à leitura proporcionando agradáveis momentos de convívio.

Sr. Presidente, quero dar-lhe os parabéns a si, à Sra. Vereadora da Cultura, bem como a todo o seu Executivo e à equipa da Biblioteca Municipal de Oliveira do Hospital pela sensibilidade que têm manifestado na implementação de projetos como este que muito nos honram e dignificam.

Não posso, também, deixar de enaltecer o conjunto de atividades culturais de grande alcance nacional que vêm sendo desenvolvidas, como por exemplo o lançamento a nível nacional do livro, do nosso conterrâneo José Manuel Saraiva, o Bom Alemão.

Felicitar também a Junta de Freguesia de Alvoco das Várzeas pela implementação da Bandeira Azul na Praia Fluvial.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa, Sr. José António Gomes Guilherme, que fez a seguinte intervenção:

“Quero agradecer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante Executivo e dizer-lhe que me congratulo com a conclusão das obras efetuadas, saneamento e respetivo asfaltamento, na rua do Jardim.

Tem sido uma honra trabalhar com o Sr. Presidente da Câmara e com o restante Executivo. Também queria dizer-lhe que cada vez acredito mais na sua palavra. A sua palavra é realmente uma escritura.

Também queria fazer uma reivindicação relativamente à estrada que lida Lagos com a Lageosa. É uma estrada que está muito degradada e atrevo-me a dizer que talvez seja a pior estrada do Concelho de Oliveira do Hospital.

A minha reivindicação é a seguinte: Para quando a requalificação daquela estrada?”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Gostaria de abordar aqui algumas questões que também já foram aqui abordadas: Uma delas é a Festa do Queijo porque foi mais um sucesso. Foi um sucesso porque conseguiu atrair milhares de pessoas. Foi um acontecimento que teve dimensão a nível nacional. O grande retorno deste evento é o conhecimento do Concelho de Oliveira do Hospital.

Quem esteve nesta Festa do Queijo e queira ser politicamente honesto reconhecerá que foi mais um êxito.

Queria também felicitar a Câmara Municipal pelas comemorações do 25 de Abril. Nestas comemorações realizaram-se várias iniciativas relacionadas com a data.

Na Sessão Solene das comemorações do 25 de Abril, com todo o respeito e consideração que tenho pelos colegas Deputados do PSD, eu tenho que lamentar por não terem estado presentes nesta cerimónia. Obviamente que respeitamos a atitude que tomaram porque terão as suas razões. Uma delas, dizem que há PS a mais. Eu penso que não! Acho que não está aqui ninguém do PS que tenha sido eleito a mais. Estão cá exatamente as pessoas que os Oliveirenses elegeram. Não estão cá nem mais nem menos do que aqueles que foram eleitos. Portanto, não há PS a mais!

Em nome do Grupo Municipal do PS queria dar relevo a um convite que foi dirigido ao Sr. Presidente da Câmara para debater com o Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Castro Almeida, as políticas para os territórios de baixa densidade. O Sr. Presidente da Câmara, José Carlos Alexandrino, esteve à altura do desafio a defender a maior fatia de Municípios do País. Portanto, Oliveira do Hospital, pela voz do José Carlos Alexandrino, soube ser a face da dignidade do interior de Portugal.

Falou-se aqui sobre acessibilidades: A verdade é que tem havido uma luta permanente, e temos que reconhecer que o Presidente da Câmara, o Prof. José Carlos Alexandrino, e o seu Executivo, e todos nós, porque penso que estamos todos imbuídos no mesmo espírito que é ter acessibilidades e vias que nos permitam ter mais desenvolvimento para o Concelho. Aqui, acho que estamos todos de acordo mas às vezes fico triste quando se acusa o PS de não ter feito. Gostaria de lembrar que o Prof. Cavaco Silva esteve dez anos no Governo, o Dr. Durão Barroso esteve três anos no Governo e não foi feito um quilómetro de IC6. Quem fez o IC6 até onde está foram Governos Socialistas. Temos que reconhecer isto!

Houve uma altura em que esteve para avançar mais uma parte do IC6 e este Governo suspendeu a obra.

Sr. Deputado Nuno Vilafanha, com toda a consideração que eu tenho por si, tenho que lhe dizer que o PSD, nesta matéria, terá a consciência um bocadinho pesada.

Penso que teremos que unir esforços para que venha o IC6, para que a Estrada Nacional nº 17 seja melhorada e para termos mais acessos porque o

interesse é de todos nós e tenho a certeza que o PSD também estará interessado tal como o CDS e todos os Deputados independentes também estarão interessados para que tenhamos melhores acessibilidades.

Relativamente à situação da saúde quero referir que há documentos que são públicos mas mais importante do que divulgar documentos é lutarmos, todos, para ter aqui os meios necessários para que tenhamos uma boa saúde no nosso Concelho.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Esgotadas as intervenções vou dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara pedindo-lhe que faça um esforço de síntese em relação à sua intervenção.

Permita-me que lhe deixe um conselho: Não responda ao mesmo nível do que eu já vi hoje aqui.

Como se sabe o homem ou se eleva ou se inclina, não há terceira via. Ou nos elevamos ou nos inclinamos.

Não contribua, sei que não o vai fazer, para que saíamos daqui com uma imagem de termos deixado a Assembleia Municipal perante a Comunicação Social com uma imagem de degradação. É isto que eu lhe peço. Não responda, por favor, ao mesmo nível daquilo que já se ouviu hoje aqui.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“As minhas primeiras palavras são de congratulação pela forma elevada como os Deputados, todos aqueles que têm forma de estar, colocaram as suas questões. Há aqui intervenções muito interessantes, não só as do Partido Socialista, dando uma perspetiva muito apartidária, isso é fundamental nesta Assembleia para percebermos, também, que a vitória do Partido Socialista e a nossa eleição, que foi sufragada nas urnas, representou muito voto independente e muito voto de outras áreas política. Isso é o reconhecimento que todos temos que fazer. Congratulo-me quando aqui discutimos os assuntos do Concelho em vez de assuntos jurídicos sobre o que fazemos lá fora. Tal como a intervenção do Deputado Prof. António Soares que colocou algumas questões que podem incomodar o Executivo.

Também quero dizer ao Deputado Eng.º Rafael que se eu tiver apenas cinco minutos para responder a todas estas questões vai haver uma notícia no

jornal a dizer que eu não lhe respondo porque tenho medo das suas perguntas. Quero dizer-lhe que não tenho medo de responder seja a quem for cara a cara.

Hoje percebi que há pessoas que queriam fazer censura desta democracia da Assembleia Municipal porque não querem que eu esclareça os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia, nem os Srs. Deputados Municipais, nem a Comunicação Social, nem o público. Não querem que eu esclareça porque em cinco minutos eu não tinha possibilidade para esclarecer todas as dívidas que foram aqui colocadas ao Presidente da Câmara Municipal.

Também poderíamos comparar quem fala a verdade e bastaria fazer um pequeno exercício. Bastaria irmos ao outro mandato: Eu gostava de saber se alguma vez tinha sido limitado pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal para não falar mais do que cinco minutos?

Hoje vimos aqui uma tentativa de imposição de censura em plena Assembleia ao Sr. Presidente da Câmara.

Que fique claro: Eu não faço parte desta Assembleia Municipal. Eu presto contas a esta Assembleia Municipal, que é uma coisa completamente diferente.

Não fui eu que fiz o Regimento da Assembleia Municipal. Quem fez o Regimento da Assembleia Municipal foram os Srs. Deputados.

Relativamente à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Sr. Luís Nina, referente ao problema da saúde gostaria de dizer o seguinte: Sobre o problema da falta de médicos em Oliveira do Hospital quero comunicar a esta Assembleia que no dia nove de abril de dois mil e quinze reuni com o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde em Lisboa, o Dr. Leal da Costa, para falar sobre este problema da falta de médicos em Oliveira do Hospital. Para essa reunião levei propostas concretas para resolver este problema. Fui acompanhado para esta reunião com o Dr. Álvaro Herdade, Presidente da Fundação Aurélio Amaro Dinis.

Encontrei na pessoa do Dr. Leal da Costa um governante sensível à nossa realidade e às nossas reivindicações mas sobretudo encontrei um homem que sabe do que está a falar. Mostrou-se interessado para desenvolver o modelo que lhe apresentei e que se se vier a concretizar trará melhor saúde a todos os Oliveirenses porque não haverá Municípios sem médico de família e teremos uma urgência que cobrirá as vinte e quatro horas com o serviço de Raio-X a funcionar e com análises clínicas.

Também percebo quando alguns vieram logo falar na privatização da saúde e até disseram que o Presidente da Câmara quer privatizar a saúde mas o Presidente da Câmara não quer privatizar a saúde.

O Presidente da Câmara quer que todos os Oliveirenses tenham acesso à mesma saúde independentemente de serem ricos ou pobres.

Na saúde não há cidadãos de primeira nem cidadão de segunda porque de acordo com a constituição todos têm direito ao acesso de cuidados primários. Foi esta forma de pensar que eu encontrei neste governante.

A nossa ação política tem sido também focada em encontrar médicos. Como sabem estas competências são do governo central mas quando encontramos problemas nesta área e como somos nós que estamos mais próximos somos nós que temos que solucionar estes problemas.

Digo-vos que não haverá privatização da saúde em Oliveira do Hospital, será o estado que pagará a saúde do mesmo modo que paga no restante País.

Relativamente ao IC6 terei que dizer ao Dr. Nuno Vilafanha o seguinte: Não acredito que o PSD de Oliveira do Hospital, hoje, deixasse cair a luta do IC6. De acordo com a sua intervenção parece que baixaram os braços e que desistem da construção do IC6. Não conte comigo para essa desistência!

O Dr. Nuno Vilafanha, agora, falou que não havia dinheiro mas eu gostava de lhe perguntar: O Senhor estava na Comissão Política em dois mil e treze quando anunciaram a realização de uma marcha lenta como protesto para a realização do IC6? Porque o seu partido e a sua Comissão Política, para fazerem um número em Oliveira do Hospital, fizeram uma marcha lenta para dizerem que estavam vivos e fizeram uma sardinhada. Nessa altura o Governo era do PSD.

O Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, Dr. Sérgio Monteiro, durante a campanha eleitoral para as eleições autárquicas veio a Seia fazer campanha pelo PSD e afirmou o seguinte: *“se os Presidentes dos Municípios estivessem de acordo não havia dinheiro para fazer três ICs mas havia dinheiro para fazer um”*. E disse mais! Disse que *“não enganava as pessoas”*. Durante uma reunião do Conselho Regional do Centro eu já disse ao Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, Dr. Sérgio Monteiro, que não é um homem honesto e também lhe disse que, se ele não cumprisse com a sua palavra, ele tinha vindo enganar os Senenses e todas as pessoas desta zona da Beira Serra.

O Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas tem responsabilidades e não tem sido honesto com esta região.

Todos os Presidentes de Câmara estão de acordo e percebem que não há dinheiro para fazer os três ICs mas que deve haver dinheiro para fazer o IC6 até Oliveira do Hospital e depois fazer o IC7 até à A25.

Eu defendo a radicalização da luta pela defesa destas obras e devemos unir-nos nesta luta e fazer-nos visíveis em termos nacionais para que a nossa voz seja ouvida porque a nossa voz não tem sido ouvida nem tem sido respeitada.

O PSD de Oliveira do Hospital não deve deixar cair esta luta e não pode baixar os braços.

Nesta luta temos que estar todos unidos porque esta obra não é para o servir a si nem para mim. Esta obra é para proporcionar desenvolvimento económico. Esta via é fundamental para que os nossos empresários tenham as mesmas condições de competitividade.

Também acho mal que o Partido Socialista e que o Eng.º Paulo Campos não tenham feito o IC, pelo menos, até Oliveira do Hospital. Se querem a minha opinião, eu também não deixo de o dizer.

No que diz respeito à intervenção do Presidente da Junta da União de Freguesia de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. Nuno Oliveira, e relativamente à ETAR de Oliveira do Hospital quero dizer o seguinte: Esta ETAR tem tido muitos problemas. As Águas do Zêzere e Côa também reconhecem que esta ETAR não está dimensionada para a população e para a indústria que tem de servir. Sempre reivindiquei junto do Conselho de Administração das Águas do Zêzere e Côa a resolução desta situação. Há um projeto no valor de cerca de setecentos e quarenta e três mil euros, acrescidos de IVA, para se fazer a recuperação da ETAR de Oliveira do Hospital. Esta obra foi candidatada ao POVT e aguardam que o Sr. Ministro concorde com o lançamento desta obra. Há verbas do anterior Quadro Comunitário que sobraram e esta obra pode ser efetuada com essas verbas.

Relativamente à limpeza das margens dos rios temos que reconhecer que foi uma grande iniciativa. Estas obras foram financiadas pelo PRODER a cem por cento. O Município de Oliveira do Hospital só pagou o IVA. Foi uma candidatura de cerca de quinhentos mil euros. Até hoje aquela operação de tesouraria que está aí lançada tem muito a ver com esta candidatura ao PRODER porque teve que haver antecipação das receitas e porque tivemos que fechar o programa a trinta e um de março e por isso tivemos que pagar na totalidade para depois recebermos essa verba.

Relativamente à intervenção do Presidente da Junta de freguesia de Meruge, Sr. Aníbal Correia, há aqui dois ou três assuntos que eu gostaria de esclarecer: As zonas Urbanas não podiam entrar na candidatura e por isso nessas zonas não houve limpezas. Logicamente que eu estou disponível para lançar agora através da Câmara Municipal, já que esta parte não nos custou nada, um concurso para limpar essas zonas urbanas. Se está tudo limpo fica mal que junto às povoações também não esteja limpo. Penso que com cerca de cinquenta mil euros que poderemos resolver esses problemas e na minha opinião é isso que o Executivo deve fazer.

Sobre a Festa do Queijo não vou falar porque cada um tem a sua opinião e eu também tenho a minha.

Sobre as candidaturas ao PRODOR para a sede da Associação do Amigos de Meruge e para a sede da Liga de Melhoramento de Travanca de Lagos quero dizer que para mim foi um enorme prazer ajudar estas candidaturas.

Estas obras foram financiadas em sessenta por cento e a Câmara Municipal financiou quarenta por cento.

As respetivas direções e a forma como trabalharam, o empenho de todos os jovens, quero dizer que vocês são o bom exemplo. Assim outros tivessem sido no passado relativamente a outras obras que decorreram nas mesmas condições. Vocês têm grandes direções que é aquilo que eu não encontro noutros lados.

As pessoas que estão à frente destas Associações estão de parabéns. Em Travanca de Lagos aquele grupo de jovens faz um trabalho fantástico e em Meruge aquela direção é muito empenhada.

Demonstrámos claramente que quando nos queremos unir que somos capazes.

A Câmara ajudou a fazer as candidaturas e todos juntos conseguimos fazer estas obras sem que a Câmara Municipal tivesse que gastar nem mais um “tostão” com trabalhos a mais porque cumpriram com o que estava no projeto. Em outras obras a Câmara mais tarde teve que injetar dinheiro devido à incompetência de um Presidente que há aí.

Relativamente à intervenção do Deputado Dr. Luís Lagos quero dizer o seguinte: O Dr. Luís Lagos também já sabe que não é a política que nos une nem é a política que me une ao Prof. João Dinis. O que eu reconheço em pessoas tão diferentes como vocês, se calhar em sentidos opostos na visão da

sociedade, o que me une a vocês é a luta e a reivindicação equilibrada pelos interesses do Concelho. Isso é unir-nos no que é essencial.

Dr. Luís Lagos, há poucos dias, num grande e feroz combate com o Sr. Presidente da Associação Nacional de Municípios, que foi eleito pelo Partido Socialista e de quem eu sou amigo, ninguém defendeu tão acerrimamente o Sr. Ministro do Ambiente, Dr. Jorge Moreira da Silva, como o Presidente do Município de Oliveira do Hospital, o Presidente do Município de Vila Real e o Presidente de Viana do Castelo. E todos fomos eleitos pelo Partido Socialista.

Também quero dizer-lhe o seguinte: Este Ministro se levar esta reforma da água para a frente merece admiração. Tenho que dizer que ele é um grande político e que tem uma grande coragem política, sobretudo num tempo de eleições. Ele tem combatido forças de bloqueio dentro do PSD para não fazer esta reforma agora devido ao aproximar do processo eleitoral.

Acredito que ele vai com este assunto para a frente porque sempre o vi determinado no decorrer das reuniões onde a maioria do litoral está contra esta reforma.

Admiro o Sr. Ministro do Ambiente, Dr. Jorge Moreira da Silva, e não tenho problemas nenhuns em o dizer porque ele resolve um problema de sustentabilidade financeira de todos os Municípios do interior. Isto não é um problema só de preço da água é um problema da própria sobrevivência financeira dos Municípios.

É verdade que Oliveira do Hospital continua a ter um *deficit* tarifário superior a setecentos e cinquenta mil euros. Dinheiros que poderiam ser canalizados para investimentos no Concelho são gastos a compensar o prejuízo da água e do saneamento.

Meus caros amigos, é verdade que hoje o preço da água em Oliveira do Hospital está abaixo da tarifa média nacional porque se aplicássemos as propostas do Governo e da ERSAR o preço da água estava a dois vírgula cinco euros por metro cúbico.

Também é preciso perceber que há uma diferença entre dois mil e nove e os dias de hoje. Em dois mil e nove o Executivo anterior pagava por mês cerca de quinze mil euros e nós sabemos qual era a qualidade da água em Oliveira do Hospital!

Hoje a nossa água tem outra qualidade. Eu bebo a água da torneira sem problemas até porque hoje fazemos um conjunto de análises que nos garantem essa qualidade.

Também me congratulo, Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, porque este Executivo em conjunto com as Águas do Zêzere e Côa lançaram mais uma ETAR, numa aldeia muito bonita, e terminaram com os maus cheiros junto ao Cemitério.

Continuamos a fazer o nosso trabalho e tenho reivindicado a realização de algumas obras.

Há muito trabalho para fazer nesta área das águas mas precisamos de recordar o que tínhamos no passado e às vezes temos que fazer comparações.

No passado não se recebia a fatura da água em casa. Os consumidores tinham que ir à tasca da aldeia para lhe darem a fatura. Há aqui muitas mudanças desde o ano de dois mil e nove.

Existe uma grande diferença nos serviços da Câmara Municipal antes e depois de eu chegar à Câmara.

Relativamente à intervenção do Deputado André Pereira e nomeadamente no que diz respeito à atribuição das quarenta Bolsas de Estudo, no valor de cerca de cinquenta mil euros, quero dizer que é fundamental apoiarmos os alunos e desde que este dinheiro seja bem entregue às famílias que mais dele precisam eu fico contente. Temos que ter noção que às vezes temos que ter regras para que este dinheiro seja bem entregue, sobretudo a jovens que precisam e não àqueles que antigamente tinham bolsas e que iam de BMW para as Universidades. Eu sou contra isso!

Em termos de comparação, Cantanhede, que é um Concelho que tem outro potencial em termos orçamentais, atribui Bolsas de Estudo no montante de quinze mil euros.

No que diz respeito à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Prof. António Soares, vou dar uma resposta muito genérica sobre algumas obras que referiu aqui: Na obra da Adarnela, acabámos de pagar uma auditoria às Estradas de Portugal que nos custou perto de dois mil euros. Neste momento estou à espera do relatório.

Sobre a eucaliptização, peço ao Vereador José Francisco Rolo para falar sobre o assunto, dado que foi ele que participou nas reuniões no ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) relacionadas com esta matéria.

Como bem sabem, este Executivo é contra a eucaliptização no Concelho mas alguns escrevem crónicas e tentam atacar a Câmara e esquecem-se que a responsabilidade é do Governo deles. O mesmo se passa relativamente aos semáforos que estão situados junto ao Lidl, em que a responsabilidade é das

Estradas de Portugal, mas a cegueira é tão grande que às vezes dá-lhes para estes devaneios e eu até percebo quando é depois das duas da manhã!”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Vereador, José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“O Município de Oliveira do Hospital declarou guerra à eucaliptização no Concelho, isto é, ao alastramento de forma desordenada e ilegal de plantação de eucaliptos no Concelho de Oliveira do Hospital.

Acho que pela ação da Sra. Vereadora e do Gabinete Técnico Florestal aquilo que temos feito é acompanhar no terreno as novas plantações, verificar aquelas que são ilegais e, na sequência daquilo que foi acordado com a Vice-presidência do ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas), dar conta de todas as plantações ilegais.

Oliveira do Hospital está protegida essencialmente por dois planos que evitam a eucaliptização, do ponto de vista do ordenamento e da gestão florestal. O Plano Regional de Ordenamento da Floresta do Pinhal Interior Norte protege Oliveira do Hospital do alastramento do eucalipto.

Temos o Concelho organizado em zonas de intervenção florestal e com planos de gestão florestal que impedem a plantação do eucalipto.

Acontece que existe uma Lei que facilita a plantação dessas espécies.

Acontece, também, que a Lei aligeirou o papel dos Municípios. Hoje os Municípios, perante novas plantações de eucaliptos, basicamente dão pareceres não vinculativos, ou seja, somos ouvidos simplesmente e o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) toma a decisão final.

Até hoje o Município de Oliveira do Hospital manifestou-se contra as grandes plantações de eucaliptos que põem em causa o ordenamento tradicional da floresta do Concelho.

Acontece que houve um pequeno fenómeno: A partir de uma determinada data e houve uma alteração de procedimentos. O Grupo Técnico mudou, os serviços que emitiam os pedidos de parecer também foram transferidos de Coimbra para Viseu e o mais grave é que deixou de ser pedido parecer ao Município de Oliveira do Hospital sobre essas novas plantações. Aliás, o paradoxal disto tudo é que só eram pedidos pareceres ao Município de Oliveira do Hospital das próprias plantações que o Município ou as Juntas de Freguesia estavam a fazer e que basicamente são as plantações que têm a ver com ações de sensibilização e educação ambiental.

De uma forma muito pormenorizada e circunstanciada foi feita a denúncia, caso a caso, de todas as situações do Concelho, de Norte a Sul, e o caso mais paradigmático é o caso de Meruge, que foi amplamente debatido.

Três conclusões resultaram da reunião com o Sr. Vice-presidente do ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) e com a Eng.^a responsável pelos licenciamentos a nível nacional:

- Averiguações internas quanto a ausência de procedimentos corretos. Isto é: Violação da Lei;

- Reforço das ações de fiscalização sobre procedimentos que violavam os projetos que tinham sido aprovados;

- Disponibilização de apoio técnico, para ações de sensibilização junto dos vários operadores, no terreno.

Escusado será dizer que, aqui, a questão mais importante é que se cumpra a Lei, ou seja, que a Câmara Municipal seja informada de todos os projetos que pretendam vir a ser executados no Concelho, situação que não estava a acontecer.

Referir, também, que os projetos em execução no terreno ultrapassavam os projetos que deram entrada, em termos de área, no ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas). Essa situação violava claramente a Lei o que obrigou a averiguações internas no ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas).

Duvido que haja um Município no País que, de uma forma tão firme e tão frontal, tenha declarado guerra a um *lobby* tão poderoso, como é o *lobby* dos eucaliptos em Portugal, como o foi o Município de Oliveira do Hospital.

Desafio que me apresentem um Município que, de uma forma tão firme e declarada, na Comunicação Social e junto de quem de direito, neste caso o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, tenha ido denunciar más práticas, violação da Lei e más práticas dentro dos próprios serviços do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

O Município de Oliveira do Hospital, de uma forma firme, afrontou um *lobby* muito poderoso. Sobre isso não recebemos lições de ninguém.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Vou continuar a minha intervenção para responder às restantes perguntas colocadas:

Relativamente às lombas do centro da Cidade essa questão vai ser avaliada uma vez que a cidade de Oliveira do Hospital vai ter um Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano.

Dentro da Comunidade Intermunicipal de Coimbra só há quatro Municípios que têm acesso a esses fundos. Neste momento estamos na fase de adjudicação de propostas.

Iremos fazer uma discussão com todas as forças políticas e com a sociedade civil de Oliveira do Hospital. Este projeto irá até dois mil e vinte e por isso é fundamental que todos intervenham. Já reuni com a Junta da União de Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços para discutirmos este Plano Estratégico.

A Câmara Municipal não tem quadros suficientes para executar este Plano Estratégico e por isso será uma empresa que o executará, contudo, a equipe coordenadora será constituída com elementos da Câmara Municipal.

Não sabemos se a área de reabilitação urbana pode ou não ultrapassar os limites de Oliveira do Hospital. Em princípio ela limita-se só a Oliveira do Hospital, de qualquer maneira iremos ter uma reunião com a CCDRC, nomeadamente com a Dra. Ana Abrunhosa, onde iremos discutir estes assuntos.

Este Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano não pode ter só a visão deste Executivo mas tem que ter a visão de todos os Oliveirenses e tem que ser uma construção coletiva.

Relativamente às passadeiras para peões localizadas na cidade de Oliveira do Hospital tenho que reconhecer que hoje as passadeiras têm sinalização luminosa mas que não estão devidamente pintadas. A remarcação de todas as passadeiras na cidade custaria cerca de quarenta mil euros e se comprássemos uma máquina, por cerca de vinte mil euros, os nossos serviços poderiam fazer esse trabalho.

O projeto de sinalização luminosa junto das passadeiras foi feito em parceria com a Junta da União de Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços e foi a Junta de Freguesia que as colocou.

A Dra. Olga Bandeira, Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira fez referência à Menção Honrosa de Boas Práticas que foi atribuída à Biblioteca de Oliveira do Hospital pela Direção Geral dos Livros Arquivos e Bibliotecas.

Quem está de parabéns é a equipe da biblioteca e a Sra. Vereadora da Cultura, Prof.^a. Graça Silva.

A cerimónia de entrega deste prémio foi realizada no Centro Cultural de Belém, onde esteve presente a Sra. Vereadora da Cultura, Prof.^a. Graça Silva e a equipe da biblioteca de Oliveira do Hospital. O prémio foi entregue pelo Sr. Secretário de Estado da Cultura.

Também me apraz registar esta Menção Honrosa porque foi uma distinção a nível nacional onde somente cinco Bibliotecas é que foram distinguidas.

Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Lagos da Beira não tenha dúvidas porque eu honro a palavra. Também tenho que lhe dizer que tem sido uma honra trabalhar consigo e no que diz respeito à sua intervenção também concordo que hoje a pior estrada no Concelho é a estrada que liga Lagos da Beira à Lajeosa. Quero dizer-lhe que penso lançar esta obra ainda este ano porque é uma questão de justiça.

Sobre a proposta que a Direção Geral de Educação do Centro fez à escola de Meruge, que deve ser um lapso, eu daria a palavra à Sra. Vereadora e ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia.”

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, que fez a seguinte intervenção:

“Como disse o Sr. Presidente da Câmara, e aproveitando a presença da Delegada Regional, a Dra. Cristina Oliveira, que certamente não está aqui com essas funções, de facto deve ser um engano porque na reunião onde estive presente na DGEstE (Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares), no passado dia vinte e cinco de março, falámos da Rede Escolar e das escolas com baixa densidade que podiam estar em vias de encerrar no próximo ano letivo. É uma questão que todos os anos nos preocupa e a preparação de mais um Ano Letivo é sempre angustiante.

Nessa reunião foram sinalizadas algumas escolas que iriam encerrar. Não foi sinalizada para encerrar a Escola do Primeiro Ciclo de Meruge. Foi sim falado que eventualmente a escola poderia perder uma sala porque estamos a falar de uma escola que, hoje, tem duas salas a funcionar. Também é verdade que não temos alunos mas a escola de Meruge, pelo menos para o ano, estava garantida a sua manutenção.

No dia vinte e dois de abril chegou um *mail* endereçado ao Sr. Presidente da Câmara onde vinha assinalada a escola de Meruge para a autarquia se pronunciar acerca do mesmo.

Preocupada com a situação, achei que era pertinente levar este assunto a reunião de Câmara e nessa mesma reunião, no passado dia vinte e oito de abril, todos os elementos concordaram em anuir a tomada de posição para a manutenção deste estabelecimento de ensino para o próximo ano letivo, independentemente de se manter uma ou duas salas de aula.

Era isso que eu também vinha aqui propor à Assembleia Municipal, que fossem solidários com esta tomada de posição por parte da Autarquia e por isso pedia-vos um Voto de Confiança para mantermos esta escola em funcionamento.

Também já tive a oportunidade de falar com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge para lhe manifestar esta minha preocupação. Aliás, o Sr. Presidente da Câmara Municipal também comunicou com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia e informou-o que temos esta informação.

Como disse, espero que seja um engano, mas não vá acontecer o pior, como já foi dito, aqui, pelo jovem André, até porque no passado também fomos surpreendidos pelo encerramento da escola da Lajeosa, que não estava previsto encerrar. Era uma escola que tinha apenas uma sala com terceiro e quarto ano e pedagogicamente seria correto manter em funcionamento essa sala. Isso não aconteceu. De maneira que será melhor prevenir para não termos surpresas desagradáveis.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Antes de passarmos à Ordem do Dia, nós temos dois pedidos de intervenção do público: Um deles é do Sr. João Pedro Correia Cruz e o outro é do Sr. Dinis Rodrigues.

Dou a palavra ao Sr. Dinis Rodrigues e depois falarei em relação ao pedido de intervenção do Sr. João Pedro Correia Cruz.”

De seguida iniciou-se o Período de Intervenção do Público e foi dada a palavra ao Sr. Dinis A. Teles Rodrigues que fez a seguinte intervenção:

“Não venho com intervenção política mas sim pessoal.

Venho fazer duas perguntas ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e que são as seguintes:

Estou radicado no Concelho de Oliveira do Hospital há dez anos. Comprei uma casa na Freguesia de Seixo da Beira, na Aldeia de Pedras Ruivas e tenho que ceder passagem a um vizinho. O que é incómodo!

Não tenho sossego e não tenho privacidade nenhuma, aliás, o Sr. Presidente da Câmara Municipal e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia sabem até porque já os abordem variadíssimas vezes. Desde dois mil e doze que tento tratar do assunto e nada foi resolvido.

O Município de Oliveira do Hospital tem um terreno que confronta para um quintal meu e por isso eu pedi, por escrito, ao Sr. Presidente da Câmara, Prof. Alexandrino, que me cedesse aquele terreno.

Foi-me respondido prontamente que sim. Que me venderiam o terreno e que tudo se resolveria.

O Dr. João Mendes foi chamado e foi-me dito que estariam em condições de me vender o terreno.

Não sei porquê, de um momento para o outro, a venda não se fez.

Desde dois mil e doze que eu ando a negociar com a Câmara Municipal para ver se consigo a venda do terreno, que é um canto muito pequenino. A compra deste terreno não era para tirar a passagem ao meu vizinho mas sim para lhe dar a passagem mais ao lado, é um desvio de meia dúzia de metros, e se calhar, nem tanto. Eu ficaria melhor e o meu vizinho também ficava beneficiado.

Ultimamente as coisas têm-se complicado porque passam com tratores, com carrinhas e muitas vezes tenho que tirar a mesa do pátio para passarem.

Também já falei com o Dr. José Francisco Rolo, que me recebeu muito bem e, que se prontificou a visitar o local. Até hoje, ainda nada!

Foi dito, pelo Dr. João Mendes, ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Seixo da Beira para arranjar três testemunhas. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Seixo da Beira disse-me para arranjar só duas porque ele também assinava. A assinatura que ele fez foi dizer ao meu vizinho para vir falar com o Sr. Presidente da Câmara para não me vender o terreno.

Recebi agora uma carta a dizer que já não estão interessados em vender o terreno.

Eu agora gostaria que o Sr. Presidente da Câmara me respondesse, aqui, em Assembleia Municipal ou então por escrito, como queira, não é obrigado a vender, como sabe, é obrigado, sim, só a dizer-me o porquê do recuo?

Obrigado!”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Dinis, é verdade que o Senhor me contactou e numa fase inicial mostrei disponibilidade para vender o terreno.

Aquele terreno foi doado ao Município de Oliveira do Hospital, e na altura eu não sabia. Visitei o local e na altura não vi grandes problemas para que não se pudesse fazer a venda. O terreno só estava registado no serviço de finanças e não estava registado na Conservatória do Registo Predial.

Mais tarde pedi a opinião ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Seixo da Beira. Os seus vizinhos também falaram comigo. Percebi que existia um problema relacionado com a passagem.

Os seus vizinhos e a Junta de Freguesia não concordavam com a venda do terreno porque aquele terreno tinha sido doado para que se colocasse naquele terreno um depósito de água e a Junta de Freguesia achava que era de mau tom que se fizesse a venda.

Percebemos que havia um conflito entre partes e não é propriamente a Câmara Municipal que resolve os conflitos entre partes.

A venda do terreno, em vez de resolver os problemas entre vizinhos, poderia vir a agravar esses problemas. Foi este o motivo do recuo na venda do terreno.

Perante o conflito entre vizinhos e o parecer da Junta de Freguesia foi obrigado a repensar e achei que a Câmara Municipal não tinha condições para fazer a venda.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Sr. João Cruz, queria dizer-lhe o seguinte: Estamos com um problema que temos que resolver rapidamente.

O Senhor fez uma campanha contra o Presidente da Assembleia Municipal, com um cartaz, por não ter falado na última Sessão da Assembleia Municipal.

Quero pedir-lhe que respeite, pelo menos, o argumento legal.

O Senhor sabe que existe um Regimento que obriga a determinado prazo para a inscrição das intervenções do público e o Senhor não cumpriu.

Esperava de todos, menos do partido que o Senhor representa que é um partido cumpridor da ordem e da lei, que fizessem essa campanha contra mim por não o ter deixado falar.

A Assembleia Municipal é uma democracia representativa. As pessoas que estão aqui foram eleitas e o Senhor não foi eleito. Como tal, as questões

que o Senhor pode colocar não podem desviar-se para questões de natureza política de reserva dos Membros da Assembleia Municipal. O Senhor não tem os mesmos direitos dos Membros da Assembleia. Se quiser ter esses mesmos direitos tem que se candidatar.

Vou dar-lhe a palavra mas, se o Senhor criticar o Governo ou a Câmara Municipal, vou ter que lhe tirar a palavra.

O Senhor só pode falar de questões de natureza pessoal e no caso de se desviar para outras questões eu irei recorrer para a Assembleia e poderá correr o risco de não voltar a falar de tais questões.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. João Pedro Correia Cruz que fez a seguinte intervenção:

“Antes de iniciar a minha intervenção quero dizer que esta não é uma prática habitual deste mandato!

Hoje, sim, está a fazer-se a prática habitual. O público falava antes do início do Período da Ordem do Dia.

Sobre a minha inscrição quero informar que desta vez me inscrevi duas vezes.

Nunca critico, aqui, o Governo e quando faço perguntas não é para criticar o Presidente da Câmara é para perguntar.

Por isso, entenda como quiser e pode proibir-me de falar. Faça o que quiser.

Como já viu, se não falar, aqui, depois vou para a Comunicação Social falar. Ainda bem que o Senhor esteve atento. É bom sinal!

Venho aqui fazer perguntas de âmbito comunitário e também como representante do Conselho Municipal da Juventude como fui mandatado.

Afinal o que é que este Executivo pretende fazer ao Parque dos Marmelos?

Como é sabido, no ano transato, a JCP - Juventude Comunista Portuguesa apresentou, no âmbito do Orçamento Participativo Jovem, um projeto para requalificação e aproveitamento virados para o lazer, desportos radicais, convívio, etc. Tal projeto foi chumbado porque ultrapassava o irrisório valor-teto dos vinte e cinco mil euros, e também porque o Executivo teria já um projeto para aquela zona. Então, se, de facto, há esse projeto municipal, qual é ele?

Eu, como membro do Conselho Municipal da Juventude tenho pleno direito e requeiro ter acesso a esse mesmo projeto.

Passados um ano e oito meses desde o momento que o Sr. Presidente da Câmara prometeu apoio, perante mais de duzentas pessoas, à realização de obras na Associação de Melhoramentos de Casal de Abade e Anexas, por que razão essas obras ainda não estão realizadas?

Sabendo-se que o Conselho Municipal da Juventude de Oliveira do Hospital deveria reunir entre o mês de março e abril, pelo que dizem o respetivo Estatuto ou Regulamento, por que razão ainda não foi convocado o Conselho Municipal da Juventude? Quando será?

Afinal, quanto custa a BLC3 aos cofres do Município anualmente? Considera, ou não, que essa verba municipal tem retorno compatível em termos de benefícios concretos para o Município? Que benefícios são esses em concreto?

A fábrica da SONAE já paga o saneamento à Câmara Municipal? Quando vai começar a pagar e quanto?

Que apreciação faz o Executivo Municipal acerca das condições de funcionamento da ETAR da Cidade? Reconhece, ou não, que são maus, são sujos, mal cheirosos e poluentes, os efluentes que drenam desta ETAR até à Ribeira de cavalos? Então, que medidas concretas para resolver este grave problema? Ou não há problema?

Também quero deixar duas notas: Eu sei que não fui eleito e sei que o PS ganhou com grande maioria absoluta. É verdade! É um facto que não se pode desmentir!

Mas sei que daqui a dois anos e meio posso contar já com dois votos: O primeiro é do Sr. Presidente da Câmara e o outro é do Sr. Presidente da Assembleia!

Mais! O Sr. Presidente da Câmara disse em dezembro que não era o Sr. Presidente da Junta de Lourosa. Pois não! O Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa até está ali bem sentado e nem eu considero que o Senhor seja o Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa. Mal de mim!

Quero também saudar o Sr. Presidente da Assembleia por ter permitido que o público falasse antes do início do Período da Ordem do Dia.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“O Sr. Presidente da Câmara Municipal não é obrigado a responder, uma vez que não são questões de natureza pessoal.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Eu vou responder ao Sr. João Cruz!

Eu respondo-lhe e respondo-lhe com o seguinte: O facto de pertencer ao Conselho Municipal da Juventude não lhe dá o direito de vir para a Assembleia Municipal fazer perguntas porque essas perguntas devem ser feitas nas reuniões do Conselho Municipal da Juventude.

Digo-lhe mais! Eu gostava de lhe oferecer um Regulamento do Conselho Municipal da Juventude para o Senhor ler o artigo 10º, nº1.

Eu posso ler-lho porque estou aqui para esclarecer.

Também lhe digo que não tenho medo das suas perguntas e que não o deixo usurpar o direito de quem foi eleito.

Sobre a ETAR de Oliveira do Hospital, o Sr. Presidente da Junta da União de Freguesia de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços acabou de colocar uma questão sobre esse assunto e, eu já respondi a quem foi devidamente eleito, e o Senhor não foi eleito com voto nenhum. O Senhor primeiro ganha as eleições e depois discute aqui connosco.

A resposta sobre a ETAR já a ouviu, e por isso não a devia ter feito, mas o Senhor só vem aqui para se mostrar para a Comunicação Social.

Relativamente à sua pergunta sobre a data da convocação do Conselho Municipal da Juventude, eu vou ler-lhe o que diz o artigo 10º, nº1, do Regulamento do Conselho Municipal da Juventude porque o Senhor tem dificuldades a ler: *“O Plenário do Conselho Municipal da Juventude reúne ordinariamente quatro vezes por ano, sendo duas das reuniões destinadas à apreciação e emissão de parecer em relação ao Plano Anual de Atividades e ao orçamento do Município e outra destinada à apreciação do relatório de atividades e contas do Município.”*

O Conselho Municipal da Juventude só pode reunir depois da aprovação das contas e por isso só pode reunir depois da realização desta Sessão da Assembleia Municipal porque é hoje que as contas vão ser aprovadas.

O Regulamento do Conselho Municipal da Juventude não diz que a reunião tem de ser feita em abril, nem diz que tem de ser em maio, diz que tem de reunir obrigatoriamente quatro vezes.

Era bom que já tivesse lido o Regulamento do Conselho Municipal da Juventude porque se o tivesse feito já não fazia perguntas disparatadas.

Outra pergunta de carácter altamente político, a pergunta relacionada com as obras na Associação de Melhoramentos de Casal de Abade e Anexas, e que

o Senhor já hoje ouviu falar: Ouviu falar em duas obras que foram feitas. Nem sei se o Senhor é diretor da coletividade porque vem aqui falar em nome da Associação de Melhoramentos de Casal de Abade e Anexas.

Temos feito obras, como já falámos, na Liga de Melhoramentos de Travanca de Lagos e na Associação dos Amigos de Meruge.

Eu disse, e volto a afirmar, que nós apoiamos as obras na Associação de Melhoramentos de Casal de Abade e Anexas. Logicamente que o Senhor está a pensar mal porque o Senhor está a pensar que é a Câmara que tem de fazer as obras todas. O que nós dissemos é que participamos as obras tal como fazemos nos outros lados. A verdade é que não tem havido pedidos da Associação de Melhoramentos de Casal de Abade e Anexas para nós encontrarmos financiamento.

O Senhor quer fazer um número e está à espera que seja a Câmara Municipal a fazer tudo.

A mim dá-me gosto é quando as coletividades trabalham e fazem as obras em colaboração uns com os outros. Isso é que é trabalho!”

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado António dos Santos Lopes para fazer a seguinte intervenção:

“Eu até acredito que o Senhor não gostasse que eu interviesse no Ponto I mas vou intervir.

Isto é uma luta desigual porque eu tenho que lhe responder e acabo por não fazer as intervenções.

Eu já disse ao Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves, até vou falar com mais calma, que lhe vou responder um dia, mas é só quando vier a sentença, tenha ela o sentido que tiver. Eu sou um democrata e admito que a sentença não me possa ser favorável. Nesse dia eu vou falar.

Mas vou lembra-lhe umas coisas: O Senhor lembra-se, quando era o meu principal confidente e apoiante aí nessa Mesa, porque eu não ando aqui descuidado, eu sei o que é que ando aqui a fazer, que lhe disse que havia de ficar sozinho nesta Assembleia. Está a ver! Um ano depois cá estou eu sozinho! Eu sabia muito bem o que é que ia acontecer!

Também tenho que lhe dizer que o Senhor Doutor está à frente do frontispício e até está entre colunas. O Senhor lá saberá porque é que mo disse e eu digo-lhe o mesmo.

É muito bonito falar, aqui, como os Senhores falam. O Senhor sabe que eu sou defensor para estarmos aqui três dias, porque eu fico cá os três dias, mas falamos todos!

O Senhor não corta a palavra ao Sr. António Lopes, que é a pessoa que está aqui dentro com mais direito de a usar mandatado pelo povo.

Se quer ir para o lado da moral, eu era incapaz de me sentar aí sem o voto do povo e o Senhor já o tentou uma vez e não lho deram, e fala assim para quem aqui está a falar legitimado pelo povo.

O Sr. Presidente no dia em que deixar de responder às pessoas tem problemas aqui dentro.

Eu sou defensor do mesmo que o Presidente da Câmara defende: Responda, mas responda bem a noite inteira.

Agora, o Senhor não me corta a palavra a mim, aos cinco minutos, e depois deixa falar os outros. Essa é que é a questão!

Quero dizer, para não falar ao mesmo nível, eu o que disse disse-o aqui na presença do Sr. Presidente. O Senhor se fosse um Presidente da Assembleia como deve ser, tal como eu fiz aqui uma vez com o Mário Alves, eu disse que esta Assembleia é que controla a Câmara, é que fiscaliza a Câmara, também são as palavras do Carlos Mendes que também estão aqui na ata.

Os Senhores sabem bem qual é a função da Assembleia. Mas agora não lhes convém saber!

Quero dizer a esta Assembleia é que a pessoa que está aqui a falar tem direito ao mesmo tratamento que têm todos os Membros desta Assembleia.

O Senhor, ultimamente, não tem dado o mesmo tratamento a toda a gente como eu dava: O Deputado Raul Dinis falou treze minutos; O Presidente da Junta da União de Freguesia de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Nuno Oliveira, falou dezassete minutos e o PSD também falou o tempo que queria. É assim que as coisas funcionam!

Para não nos desviarmos muito do assunto do Ponto I quero entregar à Mesa estes dois papéis e peço o favor de os fazer chegar também ao Sr. Presidente da Câmara porque o Sr. Presidente da Câmara diz que responde.

Eu mandei a todos os Membros da Assembleia. Vocês pensam que estão aqui na desportiva e que não têm responsabilidades pelo que estão aqui a fazer mas têm e vão assumi-las!

Mandei a todos os Membros da Assembleia as contas da água e os documentos que lá estavam eram todos da Câmara. Não estava lá nenhuma conversa minha. São números da Câmara.

O Sr. Presidente da Câmara disse que a água custou um milhão, setecentos e oitenta e sete mil euros. Eu pedi as faturas e elas têm menos duzentos e trinta e oito mil euros.

As contas da Equipa multidisciplinar, que o Senhor Presidente diz que eu aqui ataquei, dão menos quatrocentos e oitenta e um mil euros.

Eu tenho a informação que é aquele número. Eu disse aqui que eram setecentos mil euros e o Senhor nunca contestou mas há de contestar um dia, onde quer que esteja!

O Sr. Dr. Luís Lagos veio aqui dizer que “*a água e que a solidariedade que é uma maravilha*” mas foram buscar mais trezentos mil euros ao bolso dos Municípios e ninguém está preocupado.

Eu pergunto: O que é que os Senhores estão aqui a fazer?

Senhores Presidentes de Junta, as pessoas estão a pagar a mais trezentos mil euros e os Senhores ficam impávidos e serenos?

Vão daqui com a consciência tranquila?

Estão aqui a fazer o vosso trabalho?

Afinal, qual é a nossa missão aqui? Não é fiscalizar a Câmara?

Andamos a brincar aqui com coisas sérias?

Está ali o número nos papéis que eu agora entreguei na Mesa e por isso façam o favor de verificar!

No dia trinta e um de janeiro de dois mil e quinze havia um milhão e cinquenta e quatro mil euros de disponibilidades.

Nestes dois meses a Câmara recebeu dois milhões novecentos e trinta e seis mil euros e pagou cerca de dois milhões e oitocentos mil euros ou seja teve mais de setenta e dois mil euros de saldo.

Agora, diz aqui que tem de disponibilidades setecentos e quarenta e seis mil euros.

Então, o que é que aconteceu aos trezentos e tal mil euros?

Os Senhores sabem o que é que estão aqui a fazer?

Desaparecem trezentos mil euros e ninguém fica preocupado?

O Sr. Presidente da Câmara, no dia vinte e seis de abril, louvou aqui o Sr. João Paulo com a obra do Teatro. A ADIBER louvou a obra do Teatro. Convidei o Sr. Presidente da Sociedade Recreativa Ervedalense para jantar há cerca de quinze dias ele nunca aceitou o convite.

Agora, a mim, diz que eu não paguei à banda. Muitos sabem que foi ele que prometeu e que disse que o António Lopes dava.

Mandei recentemente três cartas ao Sr. Presidente da Câmara para me pagar cinquenta e quatro mil euros.

Chegou aqui uma carta das finanças com o valor de mil e novecentos euros e colocou-a nos jornais e andou a mostrar a toda a gente. Chegou ao Tribunal e disse que havia mais de cinquenta pessoas na Câmara Municipal a trabalhar com a correspondência. Ele é muito corajoso é aqui! Aqui é que ele é corajoso! Depois, lá no Tribunal, é como os outros.

Disse que havia cinquenta pessoas a trabalhar na correspondência! Naturalmente que com cinquenta pessoas a trabalhar na correspondência, hoje, temos que aprovar, aqui, um financiamento para as despesas. Como é lógico! Uma Câmara que tem cinquenta pessoas a trabalhar na correspondência e os Senhores Deputados ficam todos calmos e serenos!

Eles a fazerem aqui do António Lopes louco e de gato-sapato. O outro também fazia e foi para a rua! E você, já lhe disse que lhe acaba o mandato e no fim do mandato vai de certeza!

Eu quero saber como é que é essa história porque isto é um caso de polícia.

Eu na segunda-feira vou pôr isto no Ministério Público.

Como é que desaparecem em sessenta dias trezentos mil euros?

Aqui dentro ninguém sabe o que é que cá anda a fazer.

Os números da água que estão nos documentos não há lá um número que bata certo um com o outro.

Então qual é a nossa responsabilidade aqui?

Então se nenhum número dá certo nós ficamos calados?

Vejam se me respondem e se me respondem com a verdade!”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Antes de passar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal eu quero dizer o seguinte: Eu não lhe vou responder porque não quero. O Senhor está muito nervoso e eu não quero agravar os seus nervos. Mas há duas coisas que eu lhe quero dizer:

- Os meus valores não são os seus;
- Eu não cultivo inimizades nas relações.

Já lhe disse uma vez que o conhecimento ajuda a ganhar a vida e a sabedoria a compreendê-la.

Ao Senhor falta-lhe muita sabedoria.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira, que fez a seguinte intervenção:

“Concordo inteiramente com a primeira parte: Todos aqui temos direitos iguais.

Sobre isto, de facto, fico triste quando ao Sr. António Lopes, de vez em quando, não é retirada a palavra e a muitos de nós é impreterivelmente tirada aos cinco minutos ou aos dois minutos, caso seja num Ponto do Período de Antes da Ordem do Dia, como aconteceu, ainda há pouco tempo, ao Deputado Luis Nina que não pode terminar porque atingiu os cinco minutos.

Eu pensava que este Ponto, e neste momento já estou a pecar, que era relativo à situação financeira e atividade do Município.

Boa parte do tempo que aqui foi empregue no último discurso não foi relativo ao assunto do Ponto referido.

Infelizmente é com muita tristeza que eu vejo, aqui, os meus colegas Deputados e os Presidentes de Junta a serem chamados de incompetentes.

Todos aqui fazemos o melhor que podemos e conseguimos.

Seguramente que a maioria dos Membros desta Assembleia está aqui para fazer o melhor trabalho que conseguirem.

Fora o recorrente atestado de incompetência, acho que o Sr. António Lopes pode tomar em consideração, se assim quiser, consegue manter uma prestação com a mesma qualidade sem estar a insultar os seus colegas.

Peço desculpa por estar a fazer de voz da moral, porque não seria o meu dever.

Em último caso, posso estar enganado, mas, até agora, julgo que ainda não ganhou nenhum processo em tribunal.

A justiça, até agora, ainda não lhe deu razão.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Como foi falado aqui na Freguesia de Meruge, que eu represento, não podia deixar de dizer duas palavras. Primeiro porque me sinto muito satisfeito por o encerramento da escola ter sido um equívoco e por a escola continuar a funcionar.

Não falei no Período de Antes da Ordem do Dia sobre esse assunto porque o João Filipe tinha-me dito que tinha falado com a Sra. Diretora e ela lhe disse que tinha sido um equívoco e foi por esse motivo que eu já não falei.

O que eu quero é que a escola fique a funcionar e não gosto de andar aqui com guerras nem com tricas e mexericos.

Trabalhamos muito para que aquelas crianças se sintam felizes naquele espaço: Levamo-las às piscinas, em tempos difíceis em que os pais, a maior parte deles, não têm condições; Sempre que falta um professor há sempre alguém que toma conta das crianças sem ter que estar a cobrar nada ao Agrupamento. É para isso que nós trabalhamos e deixamos de fazer muita obra para podermos dar estes apoios. Achamos que a Freguesia de Meruge merece ter a escola e ter a escola a funcionar em pleno.

Neste momento a escola tem dezanove crianças. Provavelmente vão sair seis ou sete e vão entrar cinco. Penso que a escola ainda fica com um número de crianças bastante razoável para continuar a trabalhar com as duas turmas porque é isso que eu pretendo.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Vou dar aqui uma pequena nota porque há intervenções que não têm resposta e como todos sabemos não é o Presidente do Município que faz a sua contabilidade. Quem faz a contabilidade é um conjunto de funcionários e por isso o que se põe aqui em causa é o trabalho dos funcionários.

As contas de dois mil e catorze estão certificadas pelo Revisor Oficial de Contas.

As contas da Câmara Municipal não andam à deriva nem há aqui desvios de nenhuma ordem. Onde eu estive a trabalhar nunca houve desvios.

À deriva andam outros que às vezes deixam penhorar as senhas de presença da Assembleia Municipal. Esses, se quiserem, podem ter algumas aulas de gestão, aqui na Câmara, com este Executivo, e, de certeza, se forem bons alunos podem melhorar as suas vidas e as suas empresas e não as deixarem ir para insolvência.”

De seguida entrou-se no Ponto II - Eleição, nos termos do nº 2, do artigo 83º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, de um membro (suplente) da Assembleia Municipal para fazer parte da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Como sabem, a Dra. Fátima Patrícia Amaral Figueiredo, Membro desta Assembleia Municipal, foi eleita como membro suplente para fazer parte da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. Entretanto pediu a suspensão do mandato e por isso temos que eleger um Membro da Assembleia Municipal para substituir a Dra. Fátima Patrícia.

Pergunto se há alguma proposta para esta eleição?

O Sr. Deputado Raul Dinis tem uma proposta que irá ser designada por lista A.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe para Suplente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra a Deputada desta Assembleia Municipal Sra. Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa.”

Não havendo mais intervenções, e não tendo sido apresentadas outras propostas, foi colocada a votação secreta o Ponto II - Eleição, nos termos do nº 2, do artigo 83º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, de um membro (suplente) da Assembleia Municipal para fazer parte da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Efetuada a votação foi eleita, com trinta e três votos a favor e três votos brancos, a Deputada desta Assembleia Municipal Sra. Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa, como membro suplente da Assembleia Municipal para fazer parte da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

De seguida entrou-se no Ponto III - Aprovação, nos termos da alínea j), nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da atribuição de um Subsídio à Junta de Freguesia de Seixo da Beira.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Mesmo com as Senhas de Presença penhoradas já entreguei ali um papel a dizer que estava pago. O que ganho de reforma dá para pagar de uma vez mas acharam melhor vir aqui à Assembleia. Alguém disse, ali na Feira do Queijo prejudiquem-nos na política porque a gente prejudica-os na empresa.

O Sr. Presidente como recebe um ordenado a gente vai aqui aumentar para lho pagar. Como sabe, metade das empresas Portuguesas não pagam a Segurança Social.

Quero dizer ao Dr. André que disse rigorosamente o mesmo que disse na anterior Assembleia, não sei se reparou? O Senhor vem aqui duas vezes para dizer a mesma coisa e recebe senha duas vezes.

Eu disse também na anterior Assembleia que tinham cortado quinze mil euros. Lembra-se? O Senhor veio cá repetir. E eu repito-lhe outra vez que cortaram quinze mil euros!

Como eu, de facto, faço promessas e gosto de as cumprir: Eu assumi perante o Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Seixo da Beira, por instruções de quem tinha poderes para o ato, que era para se fazer lá um armazém.

Eu perguntava ao Sr. Presidente se já estava feito?

Quero que aqui fique claro e que fique registado para ver se fazem um armazém ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Seixo. Naturalmente que, quanto a isto, por maioria de razões.”

Não havendo mais intervenções foi colocado à votação o Ponto III - Aprovação, nos termos da alínea j), nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro da atribuição de um Subsídio à Junta de Freguesia de Seixo da Beira, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto IV - Apreciação e votação da proposta de renovação do prazo do procedimento concursal comum para contratação de um Assistente Técnico, no regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Está a decorrer um processo mas entretanto o prazo terminou e por isso esse prazo precisa de ser prorrogado.

Esta Assembleia Municipal já tinha aprovado a abertura do concurso.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto IV - Apreciação e votação da proposta de renovação do prazo do procedimento concursal comum para contratação de um Assistente Técnico, no regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto V - Apreciação e votação da proposta de alienação do prédio urbano sito em Coimbrã, Freguesia de Lagares da Beira, Concelho de Oliveira do Hospital – Criação de um campus de tecnologia e inovação, com particular destaque para a instalação de um Centro Bio: Bioindústrias, Biorrefinarias e Bioprodutos – Município de Oliveira do Hospital e Associação BLC3-Plataforma para o Desenvolvimento da Região Interior Centro.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Aqui temos mais um caso daquilo a que eu chamo de gestão de erro e tentativa.

Já corrigimos o “tiro” quando foi por causa do subsídio e agora corrigimos o “tiro” para poder tornar a receber o subsídio. É assim que isto funciona!

Toda a gente sabe, eu já o disse aqui várias vezes, que não sirvo para demagogia. Eu sou um defensor acérrimo da BLC3. Sempre disse que acreditava que o futuro deste Concelho passaria por ali.

Em fevereiro de dois mil e doze esteve agendado para vir aqui o Sr. Eng.º João Nunes para vir anunciar o, tão falado, projeto da Biorrefinaria.

Já lá vão três anos e o projeto não veio. Não sei como é que anda.

O que eu agora ouço falar sobre a BLC3 são coisas que pouco me agradam! E menos me agradam quando peço informação sobre o que se lá passa e me dão as respostas que dão e entretanto temos duzentos e vinte e quatro mil euros lá metidos, no ano passado, dos quatrocentos e tal que já para lá andam.

Pedi que me informassem sobre o número de funcionários. Vão lá rolando uns e vão lá rolando outros. Uma vez cheguei lá e veio abrir-me a porta uma determinada pessoa, “saltou-me a tampa”, porque há coisas com as quais eu não compactuo e foi nisso que transformaram a BLC3.

Relativamente a este Ponto, eu tenho algum receio, o dinheiro não é muito, e oxalá que eu me engane.

Aqui, em Tábua, que não andam lá com estes problemas, arranjam mil e quinhentos postos de trabalho e não têm gente.

Nós, aqui, temos estes sucessos todos: Vem cá gente na Feira do Queijo e deixam cá um dinheirão e arranjam aí posto de trabalho, como sabemos, e isto está sempre conforme está!

Os Senhores acham que sim e que eu sou uma pessoa mal formada e que ando aqui só no “bota a baixo”.

Eu tenho os números e sei fazer contas como vocês veem. Aparece ali um documento com uma diferença de trezentos e oitenta e um mil euros e fica tudo calmo e sereno. Está tudo bem!

Daqui a pouco no Ponto das contas vamos falar de mais meia dúzia deles.

Nas contas da água foi aquilo que os Senhores viram. E está tudo bem! É tudo sério. Mas, afinal, são os números da Câmara!

As pessoas quando vão lá falar, nas reuniões, fazem as reuniões com números fictícios?

Mas que raio de coisa é esta?

Eu não percebo! Isto é um Município com vinte mil pessoas!

Eu não percebo! Honestamente, eu não percebo!

Disseram-me também que entregavam aqui os documentos das entidades participadas no início da reunião. Não sei se entregaram. Eu acho que não!

Com esta democracia que agora cá está instalada, não se fornecem os documentos às pessoas. As pessoas não querem que os deputados sejam informados e se há aqui muita gente que não quer fazer o trabalho deles, ninguém os obrigou a ser Deputados, e eu estou aqui com o compromisso que tenho com este Concelho e quero fazer bem o meu trabalho.

Não é nenhum favor que me faz, Sr. Doutor, porque o Senhor até já disse isto aqui e está numa ata: O artigo 9º da Lei 46/87, que é a Lei do Código do Processo Administrativo, agora até saiu um novo, diz lá no seu artigo 9º, e a CADA também lhe disse, que é para me entregarem. Para a gente se deixar de chatices digam qual é o funcionário da Câmara porque esta Autarquia é obrigada a ter um funcionário para entregar os documentos ao público, que eu vou lá para a gente não se chatear mais! Estão a perceber! Eu vou lá, e têm que me dizer, porque a Câmara é obrigada a ter um funcionário designado, o Sr. sabe.

Já lhe deixei os documentos dos Regulamentos do Conselho Municipal de Segurança. É lei desde 98, mas os Senhores não a fazem.

O Estatuto da Oposição tem que ter um relatório até trinta e um de março mas os Senhores não o publicam.

Que foi isso que o António Lopes queria fazer quando queria fazer uma Câmara. Andei a combater o Mário Alves e quis aqui impor a democracia. Quando a democracia lhes bateu à porta, os Senhores não a querem!

Claro! Querem lá pôr na BLC3 aquela pessoa a abrir-me a porta, querem pôr lá os vistos gold na BLC3 e outras coisas mais.

Já há quatro BLC's. Não sei se os Senhores sabem disso? E andamos aqui nisto e ninguém sabe nada!

Quem não quer saber que não queira, mas eu quero saber!

Façam o favor de me mandar as informações, estão aí a dizer que me responderam aos requerimentos todos, a estes não responderam a nenhum.

Não sei porque é que têm medo de responder. Se são tão transparentes, se é tudo tão sério, porque é que não respondem? Isto é intrigante, não é?

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Em relação a esta proposta que o Executivo aqui nos trás começo por dizer que o meu voto é favorável mas com algumas exigências.

Favorável porque considero, como estou em querer que a maioria dos Deputados considerará, que a BLC3 é fundamental para o desenvolvimento do tecido económico empresarial de Oliveira do Hospital. Pode ser um instrumento, se bem usado, se bem utilizado, se bem encaminhado, que pode ser estruturante.

Neste momento, e eu tive a oportunidade de visitar a BLC3, porque a BLC3 também teve, em boa hora, essa atitude de convidar todos os partidos políticos a visitarem a BLC3 e a dar a conhecer o seu trabalho, e acho que isso é importante, mais importante do que teorizarmos só sobre as situações é importante conhecermos a realidade prática das mesmas, e fui recebido, em conjunto com a Comissão Política Concelhia do CDS, na BLC3 pelo Sr. Eng.º António Campos e pelo Diretor da BLC3 e que apresentaram o trabalho que estão a efetuar e apresentaram as empresas que estão a ser incubadas. O nível, que eu achei que é de aplaudir, de doutoramentos e a componente prática que se estão ali a realizar e as Bolsas que foram conquistadas junto da Fundação da

Ciência e Tecnologia, acho que foi a instituição que obteve um maior número de bolsas.

Por um conjunto de princípios orientativos que temos e que ambicionamos para o Concelho, para o seu crescimento económico, para o seu desenvolvimento, é importante que exista uma estrutura como a BLC3. Que essa estrutura esteja enraizada num espaço geográfico onde se possa dimensionar e possa crescer, e acabamos por utilizar um espaço que estava devoluto, em Lagares da Beira, para um objetivo importantíssimo para o Concelho.

Agora, devo notar, acho que está muito em redigida a proposta, uma proposta de venda que podia até ser uma doação porque não me causaria nenhum engulho nem nenhum problema, e está muito bem pensada a questão da reversão, sendo que vale o que vale, e se a entidade falir não vale nada, mas é um risco que eu acho que devemos correr. Não tenho problemas quanto a isso.

Um ponto que me causou reserva na visita que tive oportunidade de fazer, o que eu senti junto da Direção da BLC3, às vezes, é um desfasamento, e a minha vida passa um pouco por isso, eu tenho algum conhecimento da realidade prática, em relação à realidade comercial da vida de hoje em vários setores. No setor que me é próximo acho que há um desfasamento enorme.

É preciso, junto daquela intelectualidade e daquele conhecimento académico enorme que a BLC3 tem ali, daquele corpo académico fortíssimo, depois incutir alguma realidade prática e alguma realidade comercial porque muitos dos produtos, muitas das ideias, que estão ali postas em prática, se não tiverem depois esse lado prático, essa natureza comercial, não dão em nada e não nos vão ajudar em nada. Se, por ventura, a tiverem vão-nos ajudar em tudo e vão aparecer ali, estou certo, grandes empresas, grandes ideias de negócio, um empreendedorismo fulgurante, não tenho dúvida quanto a isso.

Acho que tudo o que fizemos, e os cento e oitenta e três mil euros que pôs lá no passado, Sr. Presidente da Câmara, acho que fez bem. É preferível cento e oitenta e três mil euros para a BLC3 e para ter ali os doutorados mesmo que não fizesse mais nada do que para futebóis, devo dizer-lhe e já aqui tive oportunidade na questão do orçamento de deixar essa opinião.

Acho que é preferível gastarmos dinheiro a trazer quadros qualificados para o Concelho, que conquistam Bolsas de Estudo também altamente qualificadas e que podem potenciar o desenvolvimento do nosso tecido económico, do que estarmos a apostar só em atividades recreativas e de lazer que depois, aí sim, é dinheiro que não é reprodutivo. Este dinheiro, pelo menos

podemos ter a ambição que venha a ser reprodutivo e de uma eficácia enorme para o tecido económico e empresarial do nosso Concelho.

Por isso, em nome do CDS, e em meu nome particular, faço votos que a BLC3 tenha muito sucesso, e terá neste Ponto o nosso parecer e a nossa opinião favorável.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira, que fez a seguinte intervenção:

“A BLC3 representa para Oliveira do Hospital mais do que muitas pessoas julgam. De acordo com a minha atual situação académica, inovação é um tema que me é caro, e a mim enche-me de orgulho puder estar na Universidade de Lisboa e dizer que na minha terra há uma incubadora de empresas que rivaliza com uma incubadora de empresas na Suécia. Isto é de um âmbito completamente hiperbólico para aquilo que seria de esperar de uma região do interior do País encostada à Serra da Estrela.

Pois, no que a BLC3 até agora, apesar dos quatrocentos mil euros que para lá foram deixados, eu acho que isso traz mais-valias. Ao que me pude informar parece-me que a BLC3 está aberta ao público e é preciso é passar da porta, quem fica à porta não aprende e não sabe o que é que se está a passar lá dentro.

A BLC3 dá trabalho, neste momento, a trinta investigadores nas áreas da eletrotécnica, ecologia, bioprodutos e tem projetos com as estufas do Queijo Serra da Estrela. Já ajudou dez empresas a nascer das quais algumas ainda lá encontram sediadas. No ano passado apoiou o plantio de sessenta hectares. É uma *join vantage* entre a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital e o Laboratório Nacional de Engenharia e as Universidades do Minho, Católica e de Coimbra.

A BLC3 nasceu com uma atribuição de quinhentos mil euros por parte do Ministério da Agricultura através do Fundo Florestal permanente. Se, nós, até agora, lá gastámos quatrocentos mil euros eles já foram pagos logo no primeiro dia em que abriu portas.

Agora, foi premiada com um investimento de três milhões de euros para fazer o projeto-piloto de um bio-reator. Ora, quatrocentos mil euros ao pé de um investimento que a BLC3 está a conseguir capitalizar para Oliveira do Hospital é uma ninharia.

Se ainda houver dúvidas que a BLC3 garante a captação de investimento para o nosso Concelho, acho que estão respondidas.

Quanto à intervenção do Deputado Luís Lagos, acho que importa reter que, de facto, a BLC3 é algo que pertence à comunidade e como tal todos nós temos o dever de pensar e opinar sobre qual é o futuro e qual deve ser o rumo que a BLC3 tem que continuar a trilhar porque sem dúvida alguma é uma grande mais-valia para os Oliveirenses e para as empresas Oliveirenses.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Queria recordar que quando fizemos o excelente negócio com a compra da ACIBEIRA houve logo umas vozes que disseram: “*Sabem porque é que ele comprou a ACIBEIRA? Comprou a ACIBEIRA para ajudar a Caixa de Crédito Agrícola porque ele foi diretor da Caixa de Crédito Agrícola.*”

Estes jogos da suspeição quando se jogam aqui os números da intriga, somente pela intriga e sem mais nada!

Está aí o Dr. Francisco Rodrigues que poderia esclarecer mas quando percebemos que as pessoas estão de má-fé não vale a pena dar respostas.

Também tenho que dizer que nunca fui condenado em nenhum tribunal por roubo ou por corrupção mas outros não o poderão dizer.

Eu tive a coragem de comprar a ACIBEIRA (outros também já tinham tentado) e fizemos um excelente negócio. O PSD até fez um comunicado a criticar a opção de compra da ACIBEIRA. Hoje estamos a fazer um investimento e orgulho-me por ter feito essa compra.

Relativamente às contas das Entidades Participadas, que estão aqui e que qualquer pessoa pode consultar, estão as contas da BLC3 que trazem no seu relatório o quadro de pessoal com todas as pessoas que lá trabalham. Garanto-vos, meus caros amigos, que não encontrarão lá uma pessoa colocada pela Câmara Municipal.

Isto é que é transparência! A transparência não é das palavras é a transparência do relatório! Por isso, façam a consulta e digam se encontram alguma pessoa colocada pela Câmara Municipal como alguns querem fazer crer dentro da mentira e permanentemente da intriga que se faz.

Sobre este tema falei com os partidos da oposição, falei, também, com o meu amigo João Dinis e falei com todos os Deputados para saber qual era a sua opinião. Havia quem defendesse que a Câmara Municipal devia vender a ACIBEIRA simbolicamente por um euro. Como sabem, o problema da ACIBEIRA é provocado por uma exigência da Direção-Geral do Tesouro para se poder fazer um financiamento com o Banco Português de Investimentos.

A BLC3 propôs a compra por um euro mas eu achei que não. Achei que a BLC3 deveria comprar pela mesma quantia que a Câmara Municipal gastou, até para que houvesse possibilidade para que a compra fosse financiada. O que vamos fazer é dilatar o prazo de pagamento em dez anos sem juros. Quando a Câmara Municipal comprou a ACIBEIRA também não pagou juros sobre as prestações de cinquenta mil euros.

Para mim é um orgulho porque encontrámos a ACIBEIRA completamente destruída e hoje está ali a nascer uma obra que espero que traga desenvolvimento, como disse o Dr. Luís Lagos e muito bem, e que traga desenvolvimento económico, essa é a minha esperança. É uma esperança que precisa de uma dinâmica muito própria.

E quero dizer mais: Neste momento a BLC3 tem um subsídio mensal que é tanto como o subsídio para uma equipe de futebol. São nove mil euros mensais.

Como já disse, a BLC3, e a recuperação da ACIBEIRA, é fundamental porque é um espaço que pode servir de motor para o desenvolvimento económico, sobretudo com este Quadro Comunitário de dois mil e vinte.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto V - Apreciação e votação da proposta de alienação do prédio urbano sito em Coimbrã, Freguesia de Lagares da Beira, Concelho de Oliveira do Hospital – Criação de um campus de tecnologia e inovação, com particular destaque para a instalação de um Centro Bio: Bioindústrias, Biorrefinarias e Bioprodutos – Município de Oliveira do Hospital e Associação BLC3-Plataforma para o Desenvolvimento da Região Interior Centro, que foi aprovado por maioria e com quatro abstenções.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte declaração de voto:

“Tenho que as dizer: Tenho muitas saudades do António Lopes Presidente e de quando algum Membro da Assembleia era ofendido ele o defendia.

Como os Senhores aqui verificam eu falo de números da Câmara e da política as pessoas respondem com a vida pessoal.

É verdade, eu fui condenado por corrupção. O advogado da outra parte era o Sr. Dr. Jardim e o Sr. Dr. Castro Caldas. Mandaram a empresa apresentar proposta e como sabem é ilegal, chamaram-me lá para negociar com a

judiciária a gravar. Mas há pessoas que também andaram em contas com a judiciária e eu não digo mais nada. Há pessoas que pensam que o António Lopes é um descuidado.

Eu abster-me. Já disse aqui que sou um defensor da BLC3. Não obstante a tudo o que foi dito, eu continuo a acreditar na BLC3.

O que eu disse é que por aquele preço eu comprava a ACIBEIRA duas ou três vezes e acho que a Câmara Municipal fez um bom negócio. Nesta perspetiva a Câmara está a fazer um bom trabalho.

Respondendo ao que disse aqui o Deputado André Pereira, que já conseguiu três milhões, é verdade. Já conseguiu três milhões mas são dinheiros que vêm da CEE e há também quem pense que o dinheiro da CEE é dado e também não sabe que Portugal é um contribuinte líquido. É preciso saber, é se os três milhões são produtivos porque se não for é a gente que os está a pagar.

Eu só me abstenho porque tudo o que implicar dinheiro pode vir a ter consequências e como tal eu abstenho-me com voto de vencido.

Ainda quanto aos que não são empregados. Eu vou-lhe deixar aqui uma lista com treze pedidos do Dr. Paulo Rocha (o António Lopes é que é uma pessoa com mau feitio) a perguntar o que é que lá fazia uma determinada pessoa e quatro vezes a pedir os documentos das Entidades participadas.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte declaração de voto:

“Votei favoravelmente esta proposta porque, e quem está aqui há mais tempo sabe, sempre lutei e defendi aquele espaço. Era um espaço que envergonhava Lagares da Beira e envergonhava o Concelho porque esteve dezasseis anos abandonado.

É com enorme satisfação que eu, todas as pessoas de Lagares e certamente todas as pessoas do Concelho, começamos a ver nascer ali qualquer coisa.

Eu faço votos para que isto seja um investimento que nos traga desenvolvimento para Lagares e para o Concelho.

Sabemos, também, que são três milhões de euros que estão aprovados para este projeto. Estar a pôr em causa esses três milhões de euros e os postos de trabalho que isso representa por esta ação eu acho que seria um disparate e acho que era um mau serviço que a Câmara fazia.

Por outro lado há aqui alguma salvaguarda em relação à cláusula de reversão, como disse, e muito bem, o Dr. Luís Lagos, a verdade é que está lá explanado no contrato o que nos deixa alguma tranquilidade.

No passado já houve várias tentativas para desenvolver e ocupar o espaço da ACIBEIRA, nomeadamente tentou-se colocar naquele espaço a ESTGOH.

O meu voto foi favorável porque finalmente parece-me que estamos a ver um espaço que pode trazer algum desenvolvimento, e esperamos que assim seja, para o Concelho.”

De seguida entrou-se no Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea f), nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de autorização de contratação de empréstimo a curto prazo.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Gostaria de dar algumas informações sobre a contratualização deste empréstimo a curto prazo e que não conta para o endividamento líquido porque é uma operação que tem de estar saldada a trinta e um de dezembro.

Isto teve a ver com as candidaturas ao PRODOR referente à manutenção e recuperação dos rios e que a trinta e um de março tivemos que as pagar na totalidade, assim como a instalação das redes de distribuição e linhas de alimentação de média e baixa tensão/postos de transformações e que tinham que estas consignadas. Uma custou quatrocentos e cinquenta e três mil euros e outra custou cento e noventa e sete mil novecentos e cinquenta euros, sem IVA.

Não é um empréstimo a longo prazo e não é que não tivéssemos moral para o fazer porque até agora em dezassete empréstimos fechamos cinco e só temos doze. Andámos até agora a pagar.

Esta operação é um empréstimo de curto prazo para antecipar uma receita que nos devem. Essa receita que nos devem ultrapassa os quatro milhões quatrocentos e noventa e seis mil euros.

Por uma razão de segurança achamos por bem pedir este empréstimo de quatrocentos e cinquenta mil euros. A taxa de juro foi discutida em três bancos e conseguimos uma taxa de juro bastante atrativa.

Este empréstimo vai funcionar como conta caucionada. Poderemos utilizar só parte do valor do empréstimo e pagaremos só juros referentes a essa parte.

Este empréstimo tem mais uma condição é que não tem nenhuma comissão e geralmente as contas caucionadas têm taxas de juros mais altas e comissões bastante altas.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Todos vocês receberam este Ponto. Eu mandei para o mail de quase todos. Ao contrário do que aqui se diz eu sou uma pessoa leal e tento em assuntos de responsabilidade que as pessoas estejam devidamente informadas porque a mim só me anima a boa gestão do Concelho. Ando cá gratuitamente como os Senhores sabem e portanto não há dúvidas quanto a isso.

Eu vou só ler a informação que lhes mandei para que fique gravado: “A informação que tenho é que os Tribunais Administrativos estão muito lentos nas decisões.

Já aqui disse que me considero politicamente demitido mas não me considero demitido do ponto de vista jurídico.

Eu levo esta atividade muito a sério.

Vinte e quatro de vós quiseram complicar o que era fácil e achincalhar esta Assembleia. Naturalmente terão que assumir as vossas responsabilidades. Lutarei até onde for possível pela reposição da legalidade. Para vos dizer que acredito, muito, que me sentarei naquela cadeira o tempo necessário e suficiente para ser demitido com a dignidade que é normal nesses casos. Se eu me lá sentar, tudo o que foi decidido e venha a ser, fora da minha presidência fica automaticamente anulado, com as legais consequências.

Eu quero informar que, nesse caso, e se tal acontecer, não convocarei a Assembleia Extraordinária para ser demitido enquanto toda a legalidade não estiver reposta, já que a legalidade do que aqui se decide é responsabilidade do Presidente.

Naturalmente todos os subsídios e neste caso financiamento, serão ilegais. Os Membros da Assembleia são responsáveis e responsabilizáveis pelo que decidirem, pelo que sugiro pensem bem o vosso voto. Aqueles que decidirem votar contra, sugiro que façam uma declaração de voto de vencido, para não lhes vir a ser assacada qualquer responsabilidade.

Da minha parte, apenas por este motivo, voto contra, com voto de vencido se o ponto vier a ser aprovado, como creio será.

Posto isto, acho que enquanto este assunto não estiver esclarecido a Câmara não devia tomar decisões nem trazer propostas deste tipo.

Eu disponibilizei-me, em setembro, para resolver o problema. Não quiseram, assumam.

Em condições normais votaria favoravelmente porque sempre defendi que com o dinheiro barato, e neste momento está muito barato, é o momento de se aproveitar essa situação para se fazer aquilo que é necessário fazer-se.

No primeiro dia que aqui usei da palavra, dezassete de dezembro de dois mil e cinco, defendi esta posição e como em tudo o mais, não mudei.

Contudo, sem prejuízo do que acabei de dizer pergunto: Como é que eu posso votar favoravelmente, sequer compreender este pedido, quando é para mim claro que as finanças da Câmara andam à deriva?

Já analisámos, pelo menos enviei a todos, que há mais de dez números diferentes na discussão da água. Três nas contas da EXPOH. Hoje foi aquilo que se viu no Ponto I. As faturas da água são menos duzentos e trinta e oito mil euros que o anunciado. Os custos, a serem verdadeiros os números da equipa multidisciplinar e confio mais neles que nos da Câmara a diferença é de quinhentos e sete mil, oitocentos e oitenta e sete euros e cinquenta e seis cêntimos.

Ora, se eu ando a discutir uma diferença de verbas que ninguém me explica superior ao pedido de financiamento, com que moral o posso aprovar?

Digo mais, como é que há coragem de trazer aqui tal pedido, neste contexto.

Depois, como vamos ver no ponto seguinte, duzentos e trinta e quatro mil euros para a BLC. Cento e oitenta e dois mil euros para festas e eventos, um milhão para bola e derivados. Isto é gestão...? São estas as prioridades do executivo?

Se as receitas estão a diminuir estas rubricas continuam a gastar desta maneira?

Claro que agora, dizem-nos: Bem se não aprovam não podemos ir buscar fundos comunitários. Os senhores é que sabem se querem perder esses apoios... Como se costuma dizer, "estamos entalados". Temos que aprovar...!

Responsabilidade precisa-se. Deixem de brincar à gestão de Câmaras. O assunto é sério. Aposte-se no emprego, na proteção social, no desenvolvimento. Para isso contem comigo. Enquanto as prioridades forem festas e bola, estou fora.

Mas como já disse, e pelas razões apontadas anteriormente. O meu voto é contra e com voto de vencido, se acaso for aprovado”.

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado José Ferreira da Cruz Loureiro, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de entrar neste Ponto quero aqui deixar duas notas: - Não fui eu que andei com o *dossier* debaixo do braço a fazer dos números bandeira.

- Quero dar os Parabéns ao Sr. Presidente da Câmara pela forma como hoje está. Está com a elevação a responder às perguntas e deve continuar assim.

O que me trás aqui é o assunto da conta caucionada: Há aqui empresários e sabem para o que servem as contas caucionadas. É para uma emergência e para ajudar o fundo de caixa.

Uma vez que a Câmara adiantou dinheiro para certos pagamentos, e como já foi dito, não quer dizer que se utilizem os quatrocentos e cinquenta mil euros. Podem utilizar hoje dez mil euros e para o mês que vem podem ser amortizados. Portanto, eu voto favoravelmente.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Há pouco ouvíamos o Sr. António Lopes dizer que faltavam trezentos e oitenta mil euros e com todo o respeito pelo Sr. António Lopes, de facto, olhando para os papéis, faltam trezentos e oitenta mil euros.

Se pegarmos na conta de exercício de trinta e um de março e olharmos para a tesouraria, Sr. Presidente não me corte a palavra porque isto tem mesmo a ver com este Ponto, acredite, mas tem que me deixar falar até ao fim. Tenho que ser eu, um Deputado do CDS, a explicar isto. Devia ser um Deputado do Partido Socialista mas nós sabemos que o Partido Socialista normalmente não é bom em contas e é bom que seja o CDS a explicar.

Parece-me, posso estar enganado, também, porque a minha área de formação não é esta, que e se olharmos para a conta, como dizia o Sr. António Lopes, e muito bem, das disponibilidades de tesouraria em trinta e um de março e para as disponibilidades de tesouraria em trinta e um de janeiro e se somarmos as receitas e tirarmos as despesas, faltam trezentos e oitenta e um mil euros.

Eu pergunto ao Executivo se não será, porque bate certo o número, por causa do PRODER? Porque, provavelmente, a despesa terá sido realizada, e não terá sido lançada, porque a transferência bancária foi parar ao mês de abril. É possível! E a nota de lançamento não cai aqui. Mas por uma questão de legalidade e para garantir a viabilidade do financiamento do PRODER o mapa fica assim, digo eu! É uma explicação de um Deputado do Centro de Direita.

Votarei em relação à necessidade de financiamento de curto prazo, parece uma coisa normal e não acho que venha daí mal ao mundo, a favor. Não tenho problema nenhum! A validade ou a avaliação será feita na conta de exercício, no final do ano, e estaremos cá todos para discutir isso, do provimento ou não provimento do Executivo Camarário em relação à execução orçamental.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, que fez a seguinte intervenção:

“Vão-me permitir isto, mas eu vou ter que descontextualizar aqui uma situação para ver se de uma vez por todas acabamos aqui com uma situação. Eu até escrevi que é para ser mais rápido:

Dirijo-me já, e como representante máximo, ao Sr. Presidente da Assembleia e depois a outras pessoas.

Mesmo com esta idade, para uns mais velho e para outros mais novo, logicamente, não deixarei, nesta Assembleia, de dar mais um conselho ou uma sugestão e permita-me:

Como representante supra deste Órgão Institucional não é de bom-tom quando por vezes opina sobre determinadas reações de alguns Deputados.

É, acima de tudo, o seu dever moral ter uma atitude mais construtiva, apaziguadora e pedagógica e não provocadora, para não dizer incendiária, que é essa a interpretação que eu tenho, e falo isto e assumo-o pessoalmente.

Como tal, serão dispensáveis alguns dos seus conselhos de forma a que todos os ouçam. Faça-os, sim, pessoalmente e discretamente. Isto, sim, é de um bom conselheiro.

O respeito e a elevação terão de sempre existir de forma recíproca.

Direciono também esta mensagem para alguns Deputados aqui presentes e outros Membros nesta Assembleia.

Mais, principalmente quando muitos desses discursos de opinião nada têm a ver com a principal função deste órgão colegial, o de discutir e de sugerir sobre assuntos que tenham a ver com a supra defesa dos interesses deste Concelho e seus cidadãos.

Sinceramente, intrigas de ordem pessoal deverão der discutidas noutros locais que não estes.

Haja mais respeito por este órgão e pelos seus eleitos.

E mais, não estão aqui só três ou quatro forças partidárias mas estão aqui dezasseis Membros eleitos inerentemente que ultrapassam essas forças supra partidárias.

Afinal, estamos aqui para discutir política ou politiquices onde se lava muita roupa suja?

Isto era só um aparte porque sinceramente qualquer dia mais vale não pôr aqui ou presentear aqui a minha pessoa.

Em relação ao assunto, operação de tesouraria a curto prazo, e faço já a minha declaração de voto que é favorável.

Logicamente que é uma coisa normalíssima e acima de tudo gostaria de relembrar uma coisa de forma coerente até porque fiz questão de pesquisar: Em dois mil e sete houve aqui uma aprovação de uma operação de crédito, essa sim, de longo prazo no valor de cinco milhões de euros.

Isto não é para influenciar ninguém, logicamente, mas só para saberem essa operação foi aqui votada por unanimidade. Daí que eu não estou aqui para influenciar ninguém mas houve espírito de salvaguarda e aliás nesse momento, pelo menos, elevou-se aqui o superior interesse do Concelho.

Ainda mais. Só um pequeno pormenor: relembrar sempre, nunca é demais, do corte de três milhões que sofremos, neste caso todos nós através do Município, em relação ao Orçamento Geral do Estado.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira, que fez a seguinte intervenção:

“Pois bem, Sr. Deputado Luís Lagos, considero que o PS, de certeza, agradece o seu apoio mas julgo que, até agora, estamos em condições de prescindir de tal generosidade sua.

O empréstimo a curto prazo que visa antecipar receita que está em atraso, nomeadamente a limpeza das margens dos rios e a eletrificação das aldeias, portanto, será este financiamento que já foi adjudicada na Câmara que ainda não chegou e que estamos à espera e que rondará quatrocentos e cinquenta mil euros, valor igual ao empréstimo a curto prazo pedido, também é a minha opinião, é uma iniciativa que permite alocar desde já os recursos que estão em falta para os alocar justamente onde eles são mais necessários. Por exemplo nas transferências para as Juntas de Freguesia.

Este Executivo tem demonstrado agilidade e saúde financeira. Isto é, até paga as dívidas que os outros deixaram.

Tem sabido investir na qualidade dos seus Municípios.

Resumindo, tenho a dizer o seguinte: A inteligência financeira é muito diferente da falta de liquidez.

Além disso, não tenho dúvidas que o custo de oportunidade de estarmos à espera que o Município receba as receitas que estão em dívida é bastante superior à taxa de juro de um empréstimo caucionado a curto prazo.

Concordo com a utilização deste mecanismo para antecipação de receitas e considero inteligente optar-se por um empréstimo caucionado.

De tal modo que espero que o Município só utilize o dinheiro que for absolutamente necessário. Portanto não é necessário utilizar os quatrocentos e cinquenta mil euros poderá vir a usar só cem mil, ou cento e cinquenta mil euros, ou o montante que for necessário.

Assim sendo, gostava de acrescentar o seguinte: Em dois mil e sete, tal como disse o Sr. Presidente de Junta da União de Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, o Executivo PSD pede um empréstimo de cinco milhões e foi aprovado por unanimidade pelo bem do Concelho porque era um empréstimo para investimento.

Em dois mil e quinze este Executivo quer pedir um empréstimo de quatrocentos e cinquenta mil euros caucionado para antecipação de receitas.

Dois mil e sete, PSD, cinco milhões.

Dois mil e quinze, PS, quatrocentos e cinquenta mil euros.

Meus Senhores, se o atual Executivo é capaz de estar a pagar um empréstimo feito anteriormente, então parece-me da mais elementar justiça que tenha legitimidade para recorrer a um pequeno empréstimo a curto prazo.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Só duas notas: Em relação à intervenção do Sr. António Lopes, aparece aqui, outra vez, uma ameaça. Como já percebeu, não estou a falar do conteúdo, estou a falar da forma.

O Deputado André Pereira já respondeu a isso. Todos nós somos responsáveis.

Parece-me que não precisamos, somos maiores, que nos chamem à atenção para a responsabilidade da votação.

Em relação à intervenção do Sr. Nuno Oliveira, quero-lhe dizer o seguinte, nomeadamente no que se refere à posição incendiária, e não vejam isto que eu vou dizer como uma vaidade porque é um facto: Eu tenho um *Curriculum* de vinte anos de gestão de topo na Administração Pública. É com

esta experiência que eu estou aqui a tentar gerir o melhor possível esta Assembleia.

A dimensão dos homens mede-se pelo caminho percorrido entre o ponto de partida e o ponto de chegada.

Se analisarem a minha vida veem que eu, com certeza, alguma coisa fiz entre o ponto de partida e o ponto de chegada. É esta experiência que eu ponho aqui e não é, com certeza, posições incendiárias nenhuma. Não sei se muitos se poderão gabar disso!

Vamos ver se, daqui a alguns anos, conseguem fazer o mesmo que eu fiz!

Quando se fala em posição incendiária é melhor que se pense duas vezes o gravame que estão a por em cima das pessoas.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Só duas ou três notas muito breves: Relativamente à diferença dos trezentos e oitenta mil euros que desapareceram. Logicamente que eu tenho toda a confiança nos meus serviços e como vocês sabem sou Presidente do Município e não sou contabilista. Não sou eu que faço a contabilidade porque tenho uma estrutura que é responsável por ela mas sendo eu que a assino sou eu o responsável. E até hoje tenho toda a confiança na estrutura da contabilidade.

Pedi ao Dr. Francisco Rodrigues, que é a pessoa que me assessoria algumas vezes na área da contabilidade, para ir junto do ficheiro central da contabilidade para ver se ele pode esclarecer este assunto.

Não acredito que tenham sido roubados trezentos e oitenta mil euros.

Há pouco no que eu disse eu fui claro: Eu nunca fui condenado por roubar nada.

Há outras Câmaras onde tem havido desvios mas quero-vos dizer que colocaria as mãos no fogo pelos funcionários desta Câmara porque tenho absoluta confiança neles.”

De seguida foi dada a palavra ao Adjunto do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Francisco José dos Santos Rodrigues, que fez a seguinte intervenção:

“Iria tentar dar uma explicação relativamente aos valores que foram apresentados.

Eu, com franqueza, não percebi a apresentação que foi feita relativamente a essa diferença dos números. Tentei interpretar pela leitura dos documentos onde poderá estar essa diferença e o que eu interpreto é o seguinte: Há de facto um saldo de disponibilidades, em trinta e um de janeiro, que era de um milhão, cinquenta e quatro mil, novecentos e noventa e sete euros e quatro cêntimos, perante um valor de receita de um milhão e sessenta e nove mil euros, em números redondos, e um valor de despesas de seiscentos e oitenta e um mil euros.

Em trinta e um de março, o saldo de tesouraria, passou a ser de setecentos e quarenta e seis mil, oitocentos e trinta e três euros e noventa e quatro cêntimos, perante uma receita de cerca de dois milhões, novecentos e trinta e sete mil euros e uma despesa de dois milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil euros.

Ora, tentando fazer uma ligação entre os dois documentos, o de trinta e um de janeiro e o de trinta e um de março, parece que realmente faltariam os tais trezentos e tal mil euros.

Para mim o que realmente vale são os documentos que estão na contabilidade oficial e o mapa de fluxo de caixa que coincide exatamente com estes valores que aqui estão.

O mapa de fluxo de caixa, em trinta e um de janeiro, apresenta exatamente o saldo de um milhão, cinquenta e quatro mil, novecentos e noventa e sete euros e quatro cêntimos, perante um saldo de gerência do início do ano de seiscentos e sessenta e sete mil, quinze euros e treze cêntimos. Total de receitas orçamentais e portanto de recebimentos efetuados na tesouraria de um milhão e sessenta e nove mil euros e o total de despesas orçamentais de seiscentos e oitenta e um mil euros.

Em trinta e um de março, no mesmo mapa de fluxo de caixa com o mesmo saldo de gerência de seiscentos e sessenta e sete mil, quinze euros e treze cêntimos tem o total de receitas orçamentais de dois milhões, novecentos e trinta e nove mil, duzentos e quinze euros e um cêntimo e o total de despesas orçamentais de dois milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, cento e sete euros e cinquenta e dois cêntimos, dando um saldo para a gerência seguinte, para o dia um de abril, de setecentos e quarenta e seis mil, oitocentos e trinta e três euros e noventa e quatro cêntimos.

Ou seja, o que é que nós temos aqui em trinta e um de março: temos os valores acumulados desde um de janeiro e não desde um de fevereiro.

Provavelmente, o erro estará em associáramos os valores de janeiro e transpô-los depois para fevereiro para fazer o calculo a trinta e um de março.

Devemos olhar para os valores de março ignorando o mapa de trinta e um de janeiro porque os valores de março tem os valores acumulados desde um de janeiro.

Os valores são exatamente aqueles que estão registados na Contabilidade.

Outra coisa, que já agora valia a pena também fazer a correção em relação a isso: Obviamente que não é verdade que os trezentos e tal mil euros, porque não existem diferenças nenhuma de trezentos e tal mil euros. Esses tais trezentos e tal mil euros não têm nada a ver com os pagamentos feitos que ainda não estariam registados, relativamente às galerias ripícolas e às eletrificações rurais, porque os projetos foram concluídos com data de trinta e um de março e obviamente todas as despesas foram mesmo pagas a trinta e um de março e registadas contabilisticamente o máximo a trinta e um de março, se não, passavam, de certeza absoluta, para abril. E portanto também essa interpretação não poder ser feita de forma alguma.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“De qualquer modo eu quero dizer o seguinte: Quando há dúvidas acho que as devemos esclarecer e por isso na próximo segunda-feira falarei com o Chefe do Departamento de Administração e Finanças, o Dr. João Mendes, e com certeza que ele virá à próxima Sessão da Assembleia Municipal para efetuar os devidos esclarecimentos.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea f), nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de autorização de contratação de empréstimo a curto prazo, que foi aprovado por maioria, com um voto contra e três abstenções.

De seguida efetuou-se, em simultâneo, a apreciação do Ponto VII e do Ponto VIII:

Ponto VII - Apreciação, nos termos da alínea l), do nº 2, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, do inventário de todos os bens, direitos e

obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2014;

Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos da alínea 1), do nº 2, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de aplicação do resultado líquido do ano de 2014.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre as contas gostava de dar dois ou três esclarecimentos.

Há documentos que foram corrigidos e eu faria questão de esclarecer até porque eles foram enviados.

Um deles apresentava um saldo negativo de oitenta e um mil duzentos e cinquenta e seus euros e setenta e cinco centimos e depois foi enviado novo documento com saldo positivo de cento e oitenta e um mil, setecentos e sessenta e cinco euros e sessenta e cinco centimos.

Este valor sofreu alteração porque existiam quatro faturas das Águas do Zêzere e Côa no valor de cerca de quatrocentos e setenta e um mil euros e que foram registadas na contabilidade como acréscimos de custos.

Essas quatro faturas, que não foram aceites pela Câmara Municipal, por indicação do Revisor Oficial de Contas (ROC) ficaram registadas na contabilidade patrimonial e tal registo conduzia a um resultado negativo de oitenta e um mil, duzentos e cinquenta e seis euros e setenta e cinco centimos.

Fruto de uma negociação, conduzida por mim, com as Águas do Zêzere e Côa, e foi bem não pagarmos, porque entretanto foi feita uma proposta de duzentos e sessenta e três mil e vinte e dois euros.

Esta proposta já se aproximava muito do que nós queríamos e acabou por ser aceite.

Foi obrigado a fazer-se refletir nas contas de dois mil e catorze este valor o que implicou alterar o resultado negativo para resultado positivo.

Também foram substituídos os mapas referentes ao ponto vinte e sete das contas.

Como vocês sabem o nosso endividamento diminuiu. Em relação à dívida transitada em trinta e um de dezembro nós tínhamos um milhão, cento e cinquenta e sete mil quinhentos e noventa e quatro euros e vinte e cinco centimos e agora passou para um milhão oitocentos e quarenta e um mil, quatrocentos e seis euros e oitenta e dois centimos.

O Fundo de Apoio Municipal, e este Governo, obrigou-nos através de uma circular da Direção-Geral a lançar como dívida total seiscentos e oitenta e três mil, oitocentos e doze euros e cinquenta e sete cêntimos. Sabem o que é isto: É quanto a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital vai pagar até ao ano de dois mil e vinte, por tranches anuais, para o Fundo de Apoio Municipal.

Este valor não é relevante para o valor do endividamento líquido mas foi alterar o valor da dívida e por isso tivemos que fazer a substituição dos documentos.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Isto tem a sua piada e as coisas lá vão evoluindo!

O Sr. António Lopes falou e foi um arruaceiro ali da esquina. O Sr. Dr. Luís Lagos vem aqui dizer a mesma coisa e já toda a gente deu atenção e já cá vem o Sr. Diretor de Departamento ver as contas.

Eu tive o cuidado, porque eu sou uma pessoa bem formada, de perguntar ao Dr. Francisco Rodrigues se ele estava aqui por causa das contas?

Eu já algum dia aqui coloquei a honestidade das pessoas em causa?

Há várias declarações em ata a dizer que eu só ponho a honestidade das pessoas em causa com a certeza.

Quando alguns. Eu não gosto do termo alguns. O Presidente da Câmara quando leva para a desconfiança aquilo a que eu chamo incompetência. Ele lá sabe porque é que reage assim!

Eu disse: Há aqui incompetência. Muita! E provo-a!

Mandei os documentos para todos. Tenho dez números diferentes para a água e vou “morder-lhe as canelas” o tempo todo até que me explique aqueles números.

Como é que na ata do dia cinco disseram lá os números todos que disseram e que nenhum joga com os números que aqui foram ditos em dezembro! Como é que é isto?

Como é que eu agora posso acreditar nas contas que estão ali?

Se o Sr. Presidente não me sabe responder a uma coisa tão simples do Ponto I! Claro que eu admito que aqui houve um erro!

Então, isto aqui é a tasca da esquina ali do lado?

Isto é o Município com vinte mil habitantes e que tem um orçamento de catorze milhões!

Então que conversa é esta? Então é assim?

Quando eu digo que os Senhores não fazem o vosso serviço! Isto passou por toda a gente só não passou por mim!

Eu estou aqui e foi eu que andei lá a dar a cara aos Munícipes a dizer que aqui havia rigor e competência. E o que é que eu aqui vejo hoje? Vejo isto! Estão aqui os números!

Eu não ataco aqui ninguém nem falo aqui em questões pessoais. Falo com os números da Câmara. Ultimamente só utilizo os números da Câmara.

Ando a dizer a estes Senhores para verem se sabem o que estão a fazer. Por uma questão de idoneidade mandei uma carta ao Sr. Presidente do Partido Socialista para ver se punha um ponto de ordem nisto pela idoneidade da Câmara. A mim não me dá gozo nenhum ver isto: O défice é um milhão e vinte; O défice é um milhão e cem; O défice é um milhão e quatrocentos; O défice é um milhão e quatrocentos e cinquenta; O défice da água vai de um milhão, quinhentos e vinte e um euros até um milhão, quatrocentos e cinquenta. Afinal quanto é que é o défice da água?

Sr. Presidente da Assembleia, quanto é o défice da água? Isso é que eu quero que me respondam!

Agora estão preocupados é se o António Lopes foi convidado se falou, se não falou, o que é que disse o que é que deixou por dizer. Mas a vida do António Lopes ajuda ou prejudica alguém?

Eu quero saber é qual é a vida do Município porque essa é que tem a ver com a vida de nós todos.

Registo a intervenção do Nuno Filipe, Presidente da Junta da União de Freguesia de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, e quero dizer ao Sr. Presidente que não ponho em causa as suas competências, nunca pus. O Senhor sabe que sempre considerei que o Senhor era uma pessoa, a todos os títulos não é só um. Tenho que confessar que a partir de um determinado momento tenho tido algumas desilusões. E uma pessoa que tem vinte anos de experiência não diz aqui assim, dirigindo-se a um eleito direto pelo povo, “*façam lá o ato de contrição e vejam como é que votam*”. Disse o Senhor aqui para esta gente: “*Façam lá o ato de contrição*”, dirigindo-se a um Membro da sua Assembleia. Os atos vão ficando. Vocês andam naquela de que eu sou um doido.

Agora para o Sr. Presidente de Travanca também lhe quero dar os parabéns pela sua intervenção. O Senhor esteve bem, cada um de nós faz o seu caminho. O meu caminho é aquele que assumi no compromisso das eleições. Aquilo que eu comprometi aos Oliveirenses na campanha eu vou ver se cumpro. Não o pude cumprir ali porque se eu ali estivesse sentado estes

números não andavam assim desta maneira. Podem ter a certeza. E a primeira vez que eles aqui apareceram eles tinham que vir como deve ser.

Isto é uma falta de respeito por esta Assembleia vir-se aqui apresentar as contas do exercício e não está aqui ninguém devidamente habilitado para nos esclarecer.

Volto a dizer: Isto é uma tasca?

Os Senhores sentem-se bem com isto?

Façam lá a vossa leitura e digam lá de mim o que quiserem. Eu estou na minha. Quanto mais mal dizem aqui, mais satisfeito eu me sinto porque é sinal que eu estou no bom caminho. É sinal que eu estou a cumprir com aquilo que me comprometi com os Oliveirenses. E daqui ninguém me tira. Chamem-me lá doido. Digam lá que eu sou o bobo da corte.

No essencial era isto que eu vos queria dizer.

Trazia aqui uma intervenção escrita mas, é como eu digo, depois do que aqui estamos a ver. As contas são o que são. Agora dizem que tem o parecer do ROC. O ROC contabiliza os papéis que lá põem e eu não quero aqui fazer perguntas como o Prof. Maria Alves fazia aqui de vez em quando. Eu tenho andado a ler as atas e vi que ele foi um grande opositor.

Eu queria dizer hoje ao Sr. Presidente do PS: O que é que mudou? O que mudou é que estavam lá três Vereadores na anterior Câmara que tinham oito anos de serviço e conheciam isto muito bem e que faziam lá uma oposição como deve ser.

Agora estão aqui sete Vereadores, não tenho nada contra a competência deles, mas naturalmente que não têm a mesma experiência que tinham os outros. E uma boa oposição faz um bom governo. Que é isso que eu ando aqui a tentar para ver se faço uma boa Câmara com a minha oposição.

Os Senhores acham que é a bater palmas que fazem uma boa Câmara e que fazem um bom governo do Concelho.

É a vossa opção!

Mandei por escrito os números da água e não vi aqui ninguém preocupado. Foram buscar trezentos mil euros ao bolso dos Munícipes e o Sr. Presidente há de provar-me, eu vou dizer que são trezentos mil porque tenho uma informação fidedigna. O Sr. Presidente acha que eu não falo com ninguém.

Há dias cheguei ali ao Tribunal e diz-me assim um Senhor: “É pá, o homem deixou de me falar por eu jantar consigo lá em baixo.”

É assim!

Há dias tomei café em Lagares com uma pessoa e está aqui um Membro desta Assembleia que foi censurado.

É assim!

É assim que isto está neste Concelho!

É esta democracia que eu andei a combater no anterior regime, no anterior governo, e ainda a cá tenho.

Eu sinto-me responsabilizado por ter cometido um crime destes.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira, que fez a seguinte intervenção:

“Não deixa de ser irónico que o político que mais elogios fez a este Presidente e a este Executivo seja o mesmo político que agora mais discorda.

O que mudou?

Pois bem. Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades!

Ora, sem fazer juízos de valor ou demagogias vamos lá ver se alguma coisa mudou!

Pelo que eu li, este Executivo sofreu uma redução das receitas na ordem dos doze por cento.

Somada a evolução dos encargos na aquisição de bens e serviços, onde se encontram os custos de água e saneamento, aumentaram seiscentos e oitenta e dois por cento, entre dois mil e nove e dois mil e catorze.

No entanto, ora com recurso a medidas sociais através do IEFP, ora através do programa Ativo Sociais, este Executivo tem combatido a precariedade e o desemprego de longa duração.

O nosso Município apoia atualmente cento e sessenta e uma famílias com um encargo de quatrocentos e cinquenta mil euros.

Como é isto possível?

Em dois mil e nove estavam empregados na Câmara Municipal duzentos e noventa e dois trabalhadores.

Em dois mil e catorze estavam empregados na Câmara Municipal apenas duzentos e onze trabalhadores.

Em dois mil e dez e dois mil e catorze houve uma redução de dezassete por cento no que respeita aos encargos com as horas extraordinárias.

Ao Quadro Comunitário disponível, entre dois mil e sete e dois mil e treze, foram captados doze vírgula oito milhões de investimentos públicos para o nosso Concelho.

O mais importante: Em matéria de endividamento a dívida diminui dezasseis por cento. O equivalente a oitocentos e setenta mil euros.

Só do empréstimo de cinco milhões de euros, contratado em dois mil e sete por outro Executivo, já foram amortizados aqui um milhão e trezentos mil euros.

Estes são os resultados, com doze por cento de redução da receita, e, por isso, estes são os resultados que invejam a larga maioria dos Municípios Portugueses.

Em matéria de gestão este Executivo dá provas de ser o Executivo mais eficiente que, se calhar, já passou por este Concelho.

O que mudou?

Acho que mudou isto!”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Não tenho culpa que outros tenham complexos de inferioridade nem posso ser responsabilizado por as pessoas se afastarem de outras.

Sobre as contas quero dizer o seguinte: vamos ser claros. As contas de dois mil e catorze são um retrocesso claro. As receitas vieram dez anos atrás. As receitas vieram para perto dos valores que tinham nos anos de dois mil e três a dois mil e quatro.

Devido às transferências do Estado as receitas caíram e é preciso um novo paradigma. É por isso que esta Câmara ainda tem um resultado positivo tendo mesmo aqueles problemas da água.

As Transferência de Capital do Estado foram de cerca de um milhão e trezentos mil euros.

O que é que fizemos: das receitas correntes investimos para despesas de capital, para obras, há volta de três milhões de euros.

As receitas em despesas de capital recuaram ao ano de mil novecentos e noventa e sete. Foi um retrocesso enorme.

Os Senhores Presidentes de Junta têm estado a pagar isto juntamente com o Presidente do Município.

Se não fossem as verbas que conseguimos do Quadro Comunitário pior estaríamos.

Quero aqui mostrar este documento que foi distribuído por todos os Presidentes de Câmara durante uma reunião de trabalho com a Sra. Presidente da CCDR, Dra. Ana Abrunhosa, porque eu sei que isto incomoda, incomoda

muita gente. A Sra. Presidente da CCDR, Dra. Ana Abrunhosa, disse que o desempenho de Oliveira do Hospital é exemplar comparativamente com outros Municípios. E sabem porquê? Sabem quais foram os Concelhos que tiveram melhores desempenhos e que estão em primeiro lugar?

Foi o Concelho de Oliveira do Hospital que ficou em primeiro lugar e a seguir, com o mesmo valor em termos percentuais, noventa e nove virgula vinte e nove, o Município de Mortágua. Isto incomoda.

Também incomoda mais duas ou três coisas, e depois criam complexos por causa disso, mas eu não tenho a culpa. Criam complexos porque a TVI até me convidou para fazer alguns programas com a Paula Magalhães, e este primeiro debate foi com o Sr. Secretário de Estado, Dr. Castro Almeida, e isto incomoda! Incomoda porque o Presidente da Câmara, hoje, tem alguma visibilidade mediática e pelo que faz na CIM e sobretudo devido à grande defesa que faz dos territórios de baixa densidade. Nós percebemos que há quem não goste!

Quero dizer-vos, e o Partido Socialista não sabe, mas um engenheiro que fez grandes obras e que escreveu um livro fantástico, o Partido Socialista ainda não sabe disto, mandou-me o livro esta semana, pela Dra. Margarida Gil que é amiga dele, a propôs-me a criação de um movimento autárquico, isto é concorrência ao Partido Socialista, para nos candidatar-mos à Assembleia da República.

Ainda não tive oportunidade para lhe dizer que não estou disponível porque ele queria que eu criasse o movimento autárquico para nos candidatar-mos à Assembleia da República.

Estes protagonismos incomodam algumas pessoas.

Também incomoda eu ser Vice-Presidente da Comunidade Intermunicipal e presidir algumas reuniões quando o Dr. João Ataíde não está.

Eu sinto e percebo que haja algum incómodo porque, vocês sabem, que alguns o seu ego é muito maior do que o Concelho de Oliveira do Hospital.

As nossas contas são as contas que são possíveis dentro deste quadro difícilimo.

Acho que tenho feito o meu trabalho muito bem e por isso é que esta Câmara ainda consegue ter sustentabilidade financeira.

Até hoje sempre cumprimos com o que está estipulado na Lei dos Compromissos e isso quer dizer alguma coisa sobre a nossa gestão mesmo que alguns não admitam.

Dentro deste quadro de dificuldades nós somos um exemplo comparativamente com outras Câmaras.

Fazemos uma gestão rigorosa e há elementos do CDS e do PSD que comungam da mesma ideia mas haverá outros que, por questões de política, acham que não e até acham que eu devia ter todos os números na cabeça.

Também quero dizer que os auditores da BDO não certificam os papéis que lhe metem à frente como alguns acham.

Eu acredito no trabalho dos auditores da BDO até porque a BDO é uma empresa com grande prestígio nesta área da certificação de contas, como vocês sabem.

As contas tiveram uma taxa de execução muito acima das expectativas, as rubricas do Plano Plurianual de Investimentos roçaram os quarenta por cento, o que foi ótimo, e no Plano e Orçamento chegámos muito perto dos oitenta por cento.

Num ano com estas dificuldades acho que nós fizemos um grande trabalho na gestão financeira e temos honrado os compromissos com os nossos fornecedores, com as nossas Juntas de Freguesia e também no apoio às nossas Associações.

Eu não vim aqui colocar em causa a dívida do Prof. Mário Alves, isso foi mal interpretado. O que eu fiz aqui foi provar que fazemos uma boa gestão financeira. Tínhamos dezassete empréstimos e neste momento temos apenas cinco, e se não tivéssemos o empréstimo dos cinco milhões neste momento só deveríamos um milhão de euros. Eu não vim aqui por em causa o empréstimo dos cinco milhões porque eu até votei favoravelmente o empréstimo dos cinco milhões e por isso estou à vontade.

Eu vim aqui dizer que tenho feito um exercício difícilíssimo porque já amortizámos mais de três milhões de euros à dívida na sua totalidade. Fechamos todos os empréstimos do Planalto Beirão que já vinham de mil novecentos e noventa e sete e também um conjunto de empréstimos.

O empréstimo dos cinco milhões de euros toda a gente sabe que foi contraído pelo Prof. Mário Alves mas eu quando disse isso não foi para fazer crítica o que eu quis mostrar, e é uma coisa que é clara para quem não está de má-fé, é que esta Câmara tem pago os empréstimos que outros nos deixaram não são os nossos empréstimos.

Meus caros amigos, cá estarei, quando chegar a hora, para propor a esta Assembleia e se for necessário farei empréstimos sem qualquer problema.

Hoje a forma para o endividamento é muito diferente da do passado. Hoje só se pode pedir vinte por cento do valor do endividamento líquido.

Quero dizer-vos que quando chegar a hora da verdade não vou só servir para pagar empréstimos dos outros. Se cá deixar alguns empréstimos os outros que os paguem também mas tenho a certeza que deixarei metade do valor que herdei.

Cá estaremos para ver qual é o caminho que teremos que percorrer.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Antes de passarmos à votação quero dar uma informação: O Sr. António Lopes durante uma declaração de voto disse que não lhe foram entregues determinado tipo de documentos.

Eu quero dizer o seguinte: As contas das Entidades Participadas foram entregues aos representantes dos partidos e aos Presidentes de Junta de Freguesia independentes. Não tinham que ser entregues a todos os Membros da Assembleia.

Uma outra resposta que lhe foi dada foi a seguinte: *“Os documentos de prestação de contas do Município são anualmente submetidos à apreciação do Órgão Deliberativo. Nos mesmos termos são publicitados na página do Município onde se encontram os documentos de dois mil e nove a dois mil e treze. Dado o seu volume disponibilizam-se para consulta nos serviços os documentos dos anos de dois mil e seis a dois mil e oito, bem assim os dos anos subsequentes se tal for julgado necessário.”*

Portanto, os documentos estão à sua disposição, Sr. António Lopes.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Desde que sou Presidente fui eu sempre que defendi as contas e nunca foi nenhum técnico do Departamento de Administração e Finanças, tal como acontece noutras Câmaras, e, por isso, não fomos nós que mudámos de opinião. No passado, no outro mandato, sempre foi o Presidente da Câmara que defendeu as contas porque tenho conhecimento delas.

As contas estão claras para todos perceberem.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto VII - Apreciação, nos termos da alínea l), do nº 2, do artigo 25º

da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2014, que foi aprovado por maioria com um voto contra e cinco abstenções.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte declaração de voto:

“ Toda a gente tem a sua razão.

Vocês devem calcular e até se sabe que quem faz a auditoria ao BES e ao BPN é uma das mais conceituadas empresas de auditores e, portanto, está tudo dito.

Se eu fosse uma pessoa como aqui querem dizer!

Vocês sabem que um terço do Governo do Partido Socialista como é que está? Não sabem?

E sabem como é que está o Ex-Secretário Geral?

Mas eu não caio nesses níveis por mais que me provoquem e por mais que digam que eu sou uma pessoa mal formada. Eu não vou para onde me querem levar. Também estou como o Sr. Presidente: Também vou pelo meu caminho.

Relativamente aos números e porque é que eu voto contra: Eu estive ali a ver meia dúzia de números e quando vi aquele que disse aqui há bocadinho desisti.

Mas, por exemplo, naqueles onde eu vou sempre bater, a natalidade, foram cortados quinze euros por pessoa e no ano passado foram trinta e três mil euros. Como isto tem andado aqui a ser muito debatido está lá nas contas cem mil. Os miúdos nasceram aí três vezes mais!

A história que aqui falámos agora da, e já foi aqui dito, e na última Assembleia foi repetido: cinquenta e cinco mil euros.

Nas Bolsas de Estudo estão lá cinquenta e três mil euros mas estão lá setenta nas contas.

Eu já nem estive para isso porque não vale a pena.

O Sr. Presidente sabe que quem apresentou aqui as contas nos últimos dois anos foi o Dr. Paulo Rocha. E nos primeiros acho que estava sempre aí uma pessoa da parte administrativa, mas já não me recordo bem.

De qualquer forma, eu acompanhava mais de perto e, como digo, já disse aqui cinquenta vezes, mas nunca querem ouvir o que eu digo, no anterior mandato o Partido Socialista era minoritário e havia aqui uma oposição, que foi

isso que eu disse uma vez para o Sr. Eng.º Rafael, para fazer o trabalho deles e nunca o fizeram e quando eu me senti com maioria eu tentei fazer o meu trabalho. Não deixaram, paciência! Cada um assume as suas.

Eu não tenho nenhuma incoerência e a mim não me apanham!

Na Saúde, o tal processo revolucionário que agora aí anda, estamos em março e continua a zero euros. Isto de facto é revolucionário.

Esta saúde toda com zero euros, eu só tenho que lhe dar os parabéns, Sr. Presidente!

Se o Senhor faz esta saúde toda com zero euros! De facto isto é revolucionário.

É por causa destas coisas que eu voto contra.

O Senhor pode continuar a fazer a sua campanha toda mas o Senhor sabe muito bem que isso para mim entra por um lado e sai pelo outro.

Eu quando aqui faço uma afirmação sei bem do que é que estou a falar.

Voto contra, não tanto por causa disto mas também, essencialmente por causa daquele assunto que eu falei anteriormente: As eventuais responsabilidades no futuro. Portanto é um voto de vencido.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte declaração de voto:

“Justificar a minha abstenção: Não, porque tenha qualquer tipo de dúvida em relação à credibilidade das contas. Não tem nada a ver com isso. Têm toda a credibilidade;

Não tenho qualquer tipo de dúvida em relação à situação financeira da Câmara porque a Câmara tem uma boa situação financeira, basta olhar para a sua capacidade de endividamento;

Não, porque tenha qualquer dúvida em relação ao trabalho financeiro feito por este Executivo Camarário e pelo Sr. Presidente da Câmara. Não tem nada a ver com isso.

Tem a ver com um conjunto de opções políticas que se fosse eu a mandar faria de outra forma.

Também deixar uma nota: Hoje percebemos que se o Sr. Presidente da Câmara diminuir a saúde financeira da Câmara para contrair um empréstimo, nesse dia vamos perceber que afinal é candidato a um terceiro mandato. Vai ser nesse dia que vamos perceber e já não precisa de anunciar. Hoje disse para quem quis ouvir que no dia, e a sua intenção à partida, apesar de dizer outra coisa, hoje o coração falou mais alto e acabou por dizer que afinal quer ser

recandidato, ao contrário do que nos vai transmitindo, às vezes, a título pessoal. Mas é bom. Eu acho isso saudável e não tenho qualquer tipo de objeção.

Agora, dizer o porquê em concreto da minha abstenção:

Sr. Presidente, parabéns porque diminuiu postos de trabalho, não por despedimento, mas por outras razões, e por isso diminuiu a despesa corrente da Câmara Municipal. Acho que é saudável.

O que não é saudável é aumentar essa mesma despesa com pessoal em virtude de cento e sessenta e um CEI - Contratos de Emprego-Inserção e estágios profissionais que estão ao serviço da Câmara. Isso aumenta a despesa corrente da Câmara com pessoal em duzentos mil euros.

É uma opção política, posso aceitar. De facto é uma opção política, mas acho que quem diminui uma despesa com salários de cento e cinco mil euros e o aumenta, logo a seguir, em duzentos mil euros, é manifestamente exagerado.

Não escondo que esses instrumentos, os CEI e os estágios profissionais, tiveram um efeito benéfico na diminuição do desemprego.

O próprio Governo, que eu aqui não represento, teve algum incentivo nesse caminho. Mas, nós, não temos que estar sempre de acordo, eu pelo menos não estou, e o José Francisco não sei, parece que estás sempre de acordo com o PS, mas eu não estou sempre de acordo com o CDS nem com o Governo, nem temos que estar. Acho que é um caminho errado. É um caminho que engana as pessoas.

Só faz sentido fazer CEI's e estágios profissionais se, de facto, tivermos um emprego para a seguir oferecer às pessoas. Andar a fazer CEI's e estágio profissionais e depois não ter nada para lhes oferecer, é enganador.

É preferível apostar na BLC3, fazer um investimento, apoiar o empreendedorismo, apoiar a criação do próprio emprego do que estarmos a desbaratar só para garantir uma situação social. Eu acho que não garantimos nada. É um erro!

Depois dizer, Sr. Presidente da Câmara, de facto o Estado diminuiu-lhe a receita mas diminuiu-lhe a receita em cerca de dois pontos setenta e cinco por cento, o que não é uma coisa assustadora. E nos últimos anos reduziu a despesa só em novecentos mil euros. E como aqui disse, e muito bem, o Estado vai ajudá-lo, a CCDR vai ajudá-lo, no Overbooking com setecentos mil euros. Portanto não se pode justificar a falta de capacidade financeira da Câmara pela diminuição de receita que tem origem no Estado ou no Governo. Acho que não é correto e por isso fica aqui a minha abstenção.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Só quero dar um esclarecimento ao Dr. Luís Lagos: É preciso algum entendimento. Há aqui um paradoxo que é uma coisa fantástica.

Nós herdamos uma Câmara Municipal, como sabe, com duzentos e noventa e dois trabalhadores.

Sabe quantos é que temos hoje? Temos duzentos e onze. Bem, já não são duzentos e onze porque hoje despediram-se de mim, no meu gabinete, dois funcionários. Um por aposentação, era Leitor Cobrador, e outro por transferência para a Câmara de Pinhel, o nosso Historiador. E, por isso, são menos dois funcionários.

Nesta Câmara Municipal não despedimos ninguém, os funcionários saíram com aposentações ou com transferências, e conseguimos cumprir com as diretrizes do Governo.

O que fica provado é que esta Câmara Municipal, este Executivo Municipal, não têm andado cá a instalar ninguém como muitas vezes se diz aí.

Eu defendo outra coisa e aqui estamos os dois em desacordo: Os CEI's e os estágios para os nossos jovens, que nos levaram a este aumento de despesa, que não é real, e o D. Francisco Rodrigues podia explicar isto bem. Este aumento de cerca de duzentos mil euros não é real. Aquilo que parece não é, porque o Estado e o IEFP transferem verbas à cabeça. Transferiu algumas verbas no ano de dois mil e treze que se refletiram agora na despesa de dois mil e catorze. Isto não é tão líquido nem quer dizer que gastámos estes cerca de duzentos mil euros.

Há aqui outra coisa que eu acho que é muito importante, e eu acredito que o Dr. Luís Lagos esteja de acordo com isto, até porque eu conheço a sua forma de ser e a sua forma de pensar. É fundamental a atribuição a algumas famílias do Rendimento Social de Inserção porque a Câmara não as vai deixar passar fome nem as deixa ficar debaixo da ponte.

Se nós conseguimos arranjar nem que seja cinquenta euros a Câmara Municipal pode por as pessoas a trabalhar aqui na Câmara com o ordenado mínimo.

Hoje os concursos para admissão de pessoal nas Câmaras Municipais não são como no passado em que metiam as pessoas que queriam. Hoje não é assim. Hoje as regras são muito claras. Há pessoas que ficam chateadas porque estavam convencidas que tinham cá lugar, até escrevem no *facebook* um série

de coisas, mas depois há pessoas que vêm em mobilidade e passam-lhes à frente e eles ficam de fora.

Se alguém andou a instalar, durante não sei quantos anos, um conjunto de pessoas que queria, com concursos adaptados às pessoas, não foi o José Carlos Alexandrino. Nós, como já disse, baixámos significativamente o número de trabalhadores da Câmara Municipal.

Digo mais: Numa organização que se quer bastante ágil, se calhar, cento e oitenta trabalhadores seriam suficientes para fazer o trabalho destes duzentos e onze.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos da alínea l), do nº 2, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de aplicação do resultado líquido do ano de 2014, que foi aprovado por maioria com um voto contra e três abstenções.

De seguida entrou-se no Ponto IX - Aprovação, nos termos da alínea j), nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro da atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Aldeia das Dez.

Não havendo intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto IX - Aprovação, nos termos da alínea j), nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro da atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, que foi aprovado por maioria com um voto contra.

De seguida entrou-se no Ponto X - Aprovação, nos termos da alínea j), nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro da atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Bobadela.

Não havendo intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto X - Aprovação, nos termos da alínea j), nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro da atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Bobadela, que foi aprovado por maioria com um voto contra.

De seguida entrou-se no Ponto XI - Aprovação, nos termos da alínea j), nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro da atribuição de um subsídio à Junta da União de Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira.

Não havendo intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto XI - Aprovação, nos termos da alínea j), nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro da atribuição de um subsídio à Junta da União de Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, que foi aprovado por maioria com um voto contra.

De seguida entrou-se no Ponto XII - Aprovação, nos termos da alínea j), nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro da atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Travanca de Lagos.

Não havendo intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto XII - Aprovação, nos termos da alínea j), nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro da atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, que foi aprovado por maioria com um voto contra.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte declaração de voto:

“Pode parecer uma incoerência mas quando a gente diz que, tem que haver alguma coerência.

Alguma coisa de bom que se fez nesta Câmara, e que eu estive sempre de acordo, é o dinheiro que vai para as Freguesias e por mim, vá o que for, estará sempre bem.

Como eu fiz aquela referência relativamente às eventuais consequências da votação, o meu voto contra é só por causa disso, e não é por estar em desacordo com o dinheiro que vai para as Freguesias. Antes pelo contrário. Acho que foi uma boa medida que se fez, espero que se mantenha, e se possível que se aumente.

Sr. Presidente, na votação eu sempre disse que a minha posição, pelos motivos que são conhecidos, era nula.

Bem sei que juridicamente as coisas não são bem assim mas quando se diz que é por unanimidade.

Eu disse que a minha postura enquanto não houver a decisão que é de não votar.

Nestas questões, que implicam questões legais, naturalmente que sou forçado a votar mas o Senhor compreenda que é só por esse motivo.”

Terminadas as intervenções, foi colocada à votação a proposta de aprovação da presente ata em minuta, para que produza efeitos imediatos, tendo sido aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nenhuma intervenção sobre esta matéria e sendo uma hora e cinquenta e cinco minutos do dia um de maio de dois mil e quinze o Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim
_____ Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente)

(Primeiro Secretário)

(Segundo Secretário)
